DAHLIA DWEK

**CONTRIBUIÇÕES DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS PARA
A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO**

Curso de Psicologia

**Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

2012

DAHLIA DWEK

**CONTRIBUIÇÕES DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS PARA A
FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO**

Trabalho de conclusão de curso
como exigência parcial para a
graduação no curso de Psicologia,
sob orientação da Prof^a Dr^a Flávia
Arantes Hime.

Curso de Psicologia

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

2012

*“Je vois comme je pourrais entendre.
Mes yeux sont mes oreilles.
J’écris comme je peux signer.
Mes mains sont bilingues.
Je vous offre ma différence.
Mon coeur n’est sourd de rien en ce double monde.”*

Emmanuelle Laborit.
Printemps 1994.

*(“Vejo como poderia escutar.
Meus olhos são meus ouvidos.
Escrevo como poderia sinalizar.
Minhas mãos são bilingues.
Ofereço-vos minha diferença.
Meu coração não está surdo a nada neste duplo mundo.”)*

Agradecimentos

À Flávia Hime, orientadora e guia desses pormenores acadêmicos. Pelo seu sorriso constante e sua dedicação admirável. Expresso aqui muito carinho por cada conversa, condutora de ideias, em que cada troca possibilitou nova abertura, expressa aqui no trabalho.

À Cecília Moura, uma profissional da Saúde exemplar, assim como também é exemplar sua orientação científica e seu conhecimento sobre a Surdez. Sem você, o primeiro passo para a pesquisa não teria acontecido. Agradeço o diálogo e os aprendizados.

À Livia Albano, querida amiga e companheira das explorações táteis do mundo da Libras, seja em pesquisa, seja na vida. Em você repousa a comunicação não verbal repleta de entendimento e compreensão. Obrigada pela presença, pela companhia e pelo trabalho conjunto.

Ao Gabriel Almeida, com quem aprendi verdadeiramente o que significam os sinais do outro. Por ser quem me faz enxergar quando não vejo e me faz escutar quando não ouço. O sentimento transborda; tanto sabemos que colorimos o mundo com uma paleta (só) nossa.

Aos meus pais, pelo imenso e intenso investimento material e afetivo na minha formação. Expresso aqui imensa gratidão, que as palavras sequer dão conta. Espero que meus sinais sejam claros para tamanho amor e agradecimento.

Ao meu irmão Maurício, ponto de equilíbrio. Por esperarmos um mundo melhor com nossas ações acadêmicas, plenas em suas palavras e seus sinais. Pela movimentação e interação sensível, que transcende explicações e se faz eterna pela fraternidade.

E a todos os professores e professoras Surdas do Brasil e do mundo, que ensinam a riqueza de seu vocabulário, a genialidade da sintaxe corporal e a abertura para uma língua feita de um olhar sincero. Obrigada, especialmente para Eduardo e Aryane, meus professores da FENEIS no ano de 2010.

Dahlia Dwek

“CONTRIBUIÇÕES DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS PARA A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO”

2012 – Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Prof^a Dr^a Flávia Arantes Hime

RESUMO

O presente trabalho consiste em um estudo teórico baseado nas próprias experiências da autora com o mundo Surdo. Com o objetivo de explorar os aportes do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais para a formação do psicólogo, os argumentos são formulados a partir de diversas áreas de conhecimento, com uma metodologia essencialmente interdisciplinar e, concomitantemente, fenomenológica. O fenômeno em questão é a Surdez, conceito em que a própria Psicologia como ciência não consegue formular precisamente suas implicações. Considerando a Libras no Brasil como a linguagem de fala, e não mera comunicação, da população Surda, esse estudo pretende mostrar e demonstrar o valor linguístico da Língua de Sinais como um todo. No decorrer dos capítulos, se inicia uma jornada literária pela identificação entre a Língua e a Realidade Surda, afim de alcançar a compreensão da Cultura Surda. A partir desta, são compostas as prerrogativas da atuação do terapeuta com essa minoria linguística brasileira. Logo, a formação desse profissional está diretamente implicada com a conscientização de uma demanda à qual nós, ouvintes, somos surdos.

Palavras Chave – Língua de Sinais, Libras, Surdez, Psicologia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
Cap. I – LÍNGUA E REALIDADE	14
Cap. II – REALIDADE SURDA	30
A. Uma história paralela	30
B. Desmistificando a realidade Surda	36
C. Ser com estigma	41
D. Ser junto ao intérprete	44
E. Ser em Sinais	48
F. Conclusão	51
Cap. III – CULTURA SURDA	53
A. Língua e Cultura	54
B. A Cultura como modo de ser no mundo	58
Cap. IV – SURDEZ, LIBRAS E PSICOLOGIA	66
A. A interface incipiente “Surdez e psicologia”	66
B. A <i>poiesis</i> da Libras: Imagens das palavras	73
C. O corpo como língua comum entre Surdo e terapeuta	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	81
ANEXOS	84

Introdução

1) Minha trajetória

Português, Francês, Inglês, Espanhol, Italiano básico, Hebraico básico: posso dizer que tenho fluência em quatro línguas e o fundamental de outras duas. Tinha a impressão de que, com esse aprendizado linguístico adquirido por quinze anos em uma escola bilíngue e por um ano de intercâmbio em Israel, a Torre de Babel me seria relativamente suavizada. Era uma falsa impressão.

Meu primeiro contato com o universo dos que não conseguem ouvir foi no Museu da Criança¹, na cidade de Holon, em Israel. Em paralelo, dentro do Museu, existem duas exposições permanentes: uma que adentra o mundo daquele que não enxerga, guiado por um guia cego; outra que explora o campo visual daquele que não escuta, guiado por um guia Surdo. No museu para cegos, os visitantes são vendados; no do Surdo, seus ouvidos são abafados por uma espécie de potente *headphone*. Neste, tive uma experiência transformadora ao compreender que a comunicação independe do verbo, do som, da palavra. Que muito facilmente podemos estabelecer vínculo, interação e, acima de tudo, compreensão absoluta do que foi “dito”. Essa visita não se utilizava de uma Língua de Sinais propriamente dita, apenas interpelava os visitantes em espaços interativos e visualmente ricos, onde didaticamente era introduzido o universo vivido diariamente por aquele guia.

Assim, por curiosidade linguística, comecei em 2010 um curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) básico, na FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Concomitantemente, cursava o 3º ano de Psicologia na PUC-SP. Os elos com os conceitos aprendidos na sala de aula da faculdade e a riqueza da Língua de Sinais eram inevitáveis.

A cada semana, um novo aspecto me chamava a atenção, reunindo assim diversos campos da Psicologia que me atraem, desde temáticas da Inclusão e Educação, até os processos

¹ **“Invitation To Silence” – Convite ao Silêncio**

"Uma exposição interativa sobre comunicação guiada por guias surdos. Esta exposição, que traz adiante as habilidades da comunicação não oral que existe em cada um de nós, e que são melhor expressas na ausência de voz e som. Nesta experiência fora do padrão, o convidado não fala nem ouve e ainda descobre um novo mundo alternativo de comunicação, através de movimentos de mãos e linguagem corporal. Este é um projeto ético-educativo único, dirigido por guias surdos para quem a língua de sinais é o canal de comunicação principal e, muitas vezes, o único disponível. A exposição pretende dar aos visitantes a oportunidade de passar por uma experiência única e personalizada para apresentá-los à uma forma alternativa de expressão e discurso. Neste processo, desenvolve-se um reconhecimento inofensivo entre surdos e ouvintes. Esta exposição foi produzida pela Sra. Orna Cohen e pelo Sr. Andreas Heinecke, o criador de “Dialogue in the Dark”, que alcançou grande sucesso na Cité des Sciences, em Paris.” (Tradução livre)

sócio históricos de uma cultura e, finalmente, sua desenvoltura linguística, determinante da construção subjetiva do indivíduo Surdo.

De março de 2011 até março desse ano (2012), elaborei sob a orientação da Profª Drª Maria Cecília de Moura, e junto a uma colega do curso de Psicologia, a Iniciação Científica intitulada “O Surdo e o Psicólogo: Libras ou o intérprete?”. Com este trabalho, fui a campo para entrevistar psicólogos, Surdos e intérpretes a fim de levantar suas opiniões, experiências e vivências sobre um possível *setting* terapêutico com indivíduos Surdos.

Além de ter sido minha primeira experiência em pesquisa acadêmica, representou para mim uma bagagem única para ampliar minha fundamentação teórica e prática, essencial para os estudos na área da Surdez. Embora eu não tenha seguido o curso de Libras nos últimos anos por dificuldade de encontrar aulas que se encaixassem à minha grade horária, permaneci instigada a esse campo semântico centrado na Língua de Sinais.

Durante o ano de 2011, realizei um estágio extracurricular na Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios de Comunicação (DERDIC), por um ano, na área da Psicologia da Clínica de Voz, Audição e Linguagem – Prof. Dr. Mauro Spinelli. Nesse período, atendi uma criança de sete anos, Surda e estudante da escola bilíngue pertencente à Deric. Tive então um primeiro contato profissional com a Surdez, em que vivi um processo intenso sobre a dimensão da não fala, do silêncio e da importância de uma comunicação consolidada visualmente. Apesar dos progressos mínimos em relação à queixa de que a criança, apesar de compreender a Libras, não sinalizava quase nada, me dei conta do valor inestimável de conscientização dessa comunicação. Nesse processo, as devolutivas com os pais marcaram profundamente a abertura para mudanças do comportamento da criança. Ela, por sua vez, estava próxima de um ostracismo, vivendo o mundo individual e não compartilhado. O livro “O Voo da gaivota” de Emmanuelle Laborit me fez ingressar verdadeiramente no universo da Surdez, principalmente pela identificação com o nome da autora e da minha paciente, fenômeno sincrônico que me tocou muitíssimo.

Em agosto de 2011, participei como ouvinte do *II Congresso Internacional de Práticas e Perspectivas do Bilinguismo – Educação para Surdos*, onde convivi com palestrantes Surdos de outros países, intérpretes estrangeiros e brasileiros, profissionais da área da pedagogia e da fonoaudiologia de todo o país. Integrei dois cursos durante o pré-congresso voltados especialmente para a questão da Cultura Surda e Interpretação, o que me mobilizou significativamente, uma vez mais.

A Libras se tornou assim um achado dentro da atuação da Psicologia. Não tenho parentes surdos, nunca tive um amigo com deficiência auditiva, tampouco tive relação com a Língua Brasileira de Sinais antes disso. Mas a partir desses contatos, comecei a me perguntar o porquê.

2) Compreender o surdo e o Surdo

De quem estamos falando exatamente?

“Deficiência auditiva ou surdez é a incapacidade total ou parcial de ouvir sons. Sua causa pode ser de nascença ou de alguma doença adquirida ou algum acidente que a provoque. Antigamente, acreditava-se que a surdez era ligada a alguma deficiência mental ou de inteligência. Hoje, porém, com muitos recursos e com o indivíduo surdo frequentando a escola regular, percebeu-se que o que não acontecia com os surdos era a estimulação e a utilização de recursos e instrumentos que possibilitassem a comunicação.” (ANA e APARECIDA, 2008)

Estatisticamente, dentro do território nacional, estamos lidando com seis milhões de pessoas com algum tipo de perda auditiva. De acordo com o censo demográfico realizado em 2000 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000), por volta de 3,37% dos brasileiros possuem algum tipo de surdez. O grau de comprometimento é classificado desde uma perda leve, moderada, severa ou profunda.

Independentemente das particularidades de cada perda, nos deparamos com um processo histórico de discriminação e segregação social desses indivíduos dentro da sociedade. Desde a Grécia Antiga até a Idade Média, os surdos eram sacrificados, jogados ao mar, isolados. Não aceitos como cidadãos pelo seu mutismo, sofreram pela invisibilidade de sua deficiência auditiva. O Surdo estigmatizado como louco, impuro ou simples incompetente.

Moura (2000) nos traça a retrospectiva dos primeiros trabalhos da História voltados verdadeiramente para a educação do Surdo. É curioso notar que daí se inicia uma trajetória de alguns educadores guiados pela religião, pela filologia ou pela medicina. No segundo capítulo deste trabalho veremos as ideologias que marcaram duas correntes metodológicas diametralmente opostas: a Língua de Sinais *versus* o oralismo. Este representa basicamente uma formação insistente para que o surdo aprenda a ler lábios, estimule suas cordas vocais, fale e, com as novas tecnologias, resgate fiapos auditivos do mundo.

Por outro lado, surgem aqueles que complementam essas vias com a Língua de Sinais, estabelecendo signos e significantes entre os sujeitos surdos de modo não verbal, possibilitando assim uma nova via de acesso à subjetividade que se fundamenta no seu campo visual.

Para dar uma pincelada geral sobre os séculos, podemos dizer resumidamente que, concomitantemente aos esforços para veicular uma comunicação que esteja ao alcance ‘natural’ do Surdo (Língua de Sinais), o embate oralista impunha a obrigação do indivíduo surdo para falar e se inserir no mundo dos ouvintes.

Com os fracassos no decorrer do século 20, chegamos ao século 21 concebendo a chamada “Comunicação Total”, filosofia que propõe o uso de gestos naturais, de língua de sinais, do alfabeto manual ou digital (datilogia), da expressão facial, da fala e dos aparelhos de

amplificação sonora para a aquisição da linguagem, do vocabulário, de conceitos e de ideias (MOURA, 2000).

Quais seriam então as diferenças entre surdo e Surdo? Entre surdez e Surdez? Por que valorizar com maiúsculas a Língua de Sinais e não a língua oral? Em um primeiro momento, todas essas maiúsculas representam minha maneira de reverenciar e valorizar a diferença de cada um desses termos. Elevando assim a nomenclatura para um *status* diferenciado, pelas razões que veremos no acontecer desse estudo teórico. Em um segundo momento, conheceremos as nuances do Surdo como parte integrante de uma comunidade e uma cultura específica, que partilha da Língua de Sinais, independente de sua nacionalidade. Os Surdos no Brasil compartilham a Libras; nos Estados Unidos, compartilham a American Sign Language (ASL); na Austrália, a Australian Sign Language (AUSLAN); na França, a Langue des Signes Française (LSF). Os Surdos do mundo inteiro partilham da Língua de Sinais.

No Brasil, a Libras só foi reconhecida como língua utilizada no método de ensino entre 2002 (via legislação²) e 2005 (via decreto que regulamentou a lei anterior³). A Língua Brasileira de Sinais é a segunda língua oficial da República Brasileira.

Até hoje, as escolas especializadas para necessidades especiais são ameaçadas na sua existência e pertinência pela escolarização e o desenvolvimento da criança e o indivíduo 'deficiente'. É o caso da atualidade do encerramento das atividades do INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos e do Instituto Benjamin Constant, escolas especializadas para Surdos e Cegos, respectivamente, da cidade do Rio de Janeiro.

O debate da Inclusão nas escolas e na sociedade excede em discursos e carece de práticas, assim como tantas outras políticas públicas nacionais. Não existem melhorias ou progressos efetivos no fechamento das escolas especiais **antes** que as escolas regulares estejam aptas para receber um sujeito Surdo e/ou cego.

Atualmente, o Bilinguismo é o método imprescindível em toda sala de aula no território nacional, a fim de equiparar linguisticamente ouvintes e Surdos.

Quais são as consequências dessa igualdade? Um exemplo que pode ilustrar perfeitamente esse conceito está no livro “Vendo Vozes – Uma viagem ao mundos dos surdos” do neurologista norte-americano Oliver Sacks (2010). Em seu relato sobre o povoado de Chilmark, em West Tisbury, em meados do século XIX, a incidência de Surdez era de uma para cada quatro pessoas:

² Lei de LIBRAS – nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

³ Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

“Em resposta a essa situação, toda a comunidade aprendeu a língua de sinais, havendo livre comunicação entre ouvintes e surdos. De fato, estes quase nunca eram vistos como ‘surdos’, e certamente não eram considerados de modo algum ‘deficientes’ (SACKS, 2010, p. 39)”

Pode parecer utópico, mas não o é: estamos assim entrando em uma nova perspectiva para encarar o que diz respeito à socialização e à compreensão da subjetividade Surda, tal como a visão socioantropológica da Surdez permite abranger. As pessoas surdas formam uma comunidade Surda, uma comunidade linguística minoritária que utiliza a Língua de Sinais, que compartilha valores, hábitos culturais e modos de socialização próprios; constitui uma identidade própria e se reconhece como diferente e não deficiente.

Aqui, encontro respaldo em diversas referências, pesquisas, estudos de simpatizantes da identidade Surda. Citando uma delas, Gesueli (2006) comprova em sua pesquisa a importância do professor Surdo dentro da sala de aula com alunos surdos, rompendo assim com a primazia do método e concepção oralista. O melhor interlocutor do Surdo é o Surdo, assim como a de um francês é outro compatriota.

3) Justificativa da pesquisa

A formação do psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo é considerada uma das mais completas do ensino superior brasileiro. Durante cinco anos, nos inteiramos de abordagens teóricas distintas, nos envolvemos em trabalhos clínicos e institucionais, estagiamos com diversas áreas de possibilidade de atuação.

Por outro lado, independente do trabalho que o psicólogo formado escolherá, a formação pertence ao comprometimento do profissional da área da Saúde, seja no âmbito clínico, hospitalar, educacional ou organizacional, entre outras esferas sociais. Tendo isso em vista, proponho no presente trabalho que a Surdez não seja apenas contemplada no departamento fonoaudiológico da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde.

Cabe lembrar que o curso de Psicologia não negligencia completamente essa área: na disciplina obrigatória de um semestre letivo “Psicologia e Excepcionalidade”, pertencente ao terceiro ano do curso, são aprendidas as variadas demandas do autismo, da deficiência visual, da deficiência auditiva, das síndromes, das pessoas com mobilidade reduzida, entre outras “excepcionalidades”. Com isso em mente é que o presente trabalho se propõe a estudar a fundo a pertinência e especificidade do isolamento auditivo, vulgo, linguístico.

Seria necessário retomar o currículo da disciplina “Psicologia e Excepcionalidade”, solitária em apenas um semestre letivo. **‘Excepcionais’** somos todos, com as mais diversas

necessidades. Mas apenas o Surdo está segregado dentro do nosso 'imperialismo' ouvinte. Idealizo uma disciplina de um ano chamada "*Psicologia e Acessibilidade*", com aula de Libras e/ou uma disciplina Eletiva bilíngüe.

A importância do contato com a Libras se dá na medida em que o estudante de Psicologia deve estar apto para dialogar com uma minoria brasileira. Ao entrar em contato com a estrutura subjetiva do Surdo que faz uso de Libras, o futuro psicólogo poderá agregar o conhecimento de sua vertente teórica e possibilitar um *setting* terapêutico que respeite essa diferença linguística.

A partir de uma revisão bibliográfica que concilia os campos linguísticos, filosóficos, psicológicos e sociais, a formação da identidade do Surdo está intimamente relacionada com sua língua.

O primeiro capítulo "Língua e Realidade" propõe esmiuçar essa articulação a partir da visão de mundo e de homem pertencente à Fenomenologia. Veremos que o português, assim como toda língua oral, é estruturado ao redor do Verbo, como palavra que representa e significa o mundo. Questiona-se qual a estrutura e sua correlação com a realidade da Língua de Sinais.

O segundo capítulo "Realidade Surda" abarca publicações de áreas diversas a fim de retratar de modo fidedigno o percurso teórico, metodológico e histórico da Surdez, até o momento em que se constitui uma identidade Surda. Assim, diferencia-se uma realidade que carrega uma herança paralela à nossa e perspectivas pautadas em referências específicas.

O terceiro capítulo "Cultura Surda" investiga a continuação do capítulo anterior, quanto ao conceito que determina uma junção cultural entre os Surdos. A partir de experiências biográficas de sujeitos Surdos, pretende-se aprofundar as características que ligam cada Surdo do globo terrestre.

Finalmente, o quarto capítulo "Surdez, Libras e Psicologia" procura conciliar as contribuições dos capítulos anteriores para a formação do psicólogo, considerando desde a Iniciação Científica realizada por mim de março de 2011 a março de 2012 até os desafios representativos dessa demanda.

O presente trabalho é dedicado às Faculdades de Ciências Humanas e da Saúde a fim de proporcionar uma nova visão de mundo através da ampliação do campo semântico ao qual estamos todos inseridos. Um objetivo primário é possibilitar ao indivíduo Surdo o acesso ao atendimento psicológico, conscientizando-nos dessa tarefa e seu desdobramento. Sendo assim, consideramos a Língua de Sinais como uma produção semântica de rico espectro e desvalorizada pela primazia do Verbo.

Em síntese, a proposta para essa pesquisa está no estudo da Língua de Sinais como contribuição elementar para que a comunidade ouvinte entre em contato com os Surdos. No campo do atendimento psicológico, também convém perguntar-nos: que contato temos com o Surdo? O que sabemos de sua individualidade? Esta se constitui e se estrutura dentro do campo visual, diferente das nossas aparelhagens verbais, circundadas pela sonoridade. Entretanto, os gestos e os sinais correspondem a uma comunicação riquíssima em poesia e significado, e ainda assim, desconhecidos por nós. Cabe a nós ampliar nosso alcance como profissionais da Saúde, a fim de complementar nossa perspectiva linguística, abranger e viabilizar o acesso daqueles que sinalizam o mundo.

A metodologia para o presente estudo é estruturada a partir de um interrogatório teórico, alivia algumas perguntas, mas não responde a todas. Não chega a ser colocada uma aporia, mas algo similar na medida em que não sou Surda e sou apenas uma pesquisadora ouvinte intrigada nas nuances filosóficas da linguagem, no estudo semiótico da língua de sinais e suas repercussões na subjetividade.

A exploração semântica e semiológica da Língua de Sinais tornou-se assim um fascínio inicial, em que considero apropriado debutar esse trabalho a partir de um estudo fenomenológico da linguagem, abordagem teórica que mais me diz respeito à visão de mundo e de ser humano no mundo. O saber filosófico Heideggeriano diz que “a linguagem é a morada do Ser”. E como ficaria, mais especificamente, **a “língua de sinais” como a morada do Ser?** O saber lacaniano diz que “todo inconsciente é estruturado como uma linguagem”. E como seria, na precisão da linguagem colocada, **o inconsciente expresso em língua de sinais?**

Lanço mão dessas indagações para iniciar o estudo acerca da língua e da realidade.

I. Língua e Realidade

*“Não só não exprimo o que sinto,
como o que sinto se transforma lentamente no que digo.”
(Clarice Lispector)*

De início, somos tomados por essa conjuntura: “Língua e realidade”. O que se pretende no decorrer desse capítulo é formalizarmos qual visão de mundo estabelece-se para iniciarmos nossa contextualização sobre a língua.

Como explicitado na introdução, esse trabalho é um manifesto da voz dos gestos, de uma população que expressa sua interioridade a partir de sua corporeidade. A linha teórica que mais me acompanhou na minha formação acadêmica e pessoal, e que mais parece se adequar a esse estudo, é a atitude fenomenológica. Em contrapartida, não pretendo elaborar o rigor propriamente dito e conhecido decorrente dos ensinamentos de Husserl; o presente trabalho se propõe usar os alicerces da compreensão e hermenêutica fenomenológica a fim de considerar a linguagem da língua de sinais e o modo de ser do Surdo.

Longe de ser uma obra afirmativa de verdades, o livro homônimo a esse capítulo, “Língua e Realidade” de Vilém Flusser (1963) foi o primeiro livro publicado pelo filósofo autodidata tcheco-brasileiro. Escrito em português, uma língua aprendida e apreendida já em idade avançada, Flusser desenvolve um controverso argumento, louvando os traquejos e a desenvoltura que a língua portuguesa lhe permite. Proponho que nos debrucemos sobre essa obra em um segundo momento.

Em um primeiro momento, percebo que, ao aliar fenomenologia e língua, não posso negligenciar a primeira fásca heideggeriana de uma possível “ontologia da língua” tal como Flusser idealizou. “A Caminho da Linguagem”, de Martin Heidegger, reflete seu momento de maturidade em 1959, mais de trinta anos após a publicação da sua mais emblemática obra, “Ser e Tempo” (1927). Esta obra possibilitou à filosofia moderna uma espécie de “marco-zero” sobre a questão do sentido do Ser. Em “A Caminho...” nos deparamos com seis palestras datadas de 1950 a 1959, entre elas conferências e uma conversa, todas propondo uma investigação aporética sobre a linguagem.

Impossível operarmos de aqui em diante a partir da lógica tradicional que se desdobra na ciência da língua, a linguística. Heidegger se dedica amplamente a um caminho que é o próprio caminho, ao ‘fazer’ da experiência inabitual ao homem científico, à linguagem pela linguagem. A aproximação legítima por ele encontrada está no arcabouço poético de diversos autores, por isso

permeiam as interpretações e alçadas hermenêuticas em cada palestra e conferência. Compreendendo que cada uma delas, assim como a conversa transcrita com um colega japonês, só pode se dar de uma forma em um específico momento para seu registro, encontramos nessa leitura uma movimentação ativa sobre a linguagem, inerente à sua própria natureza, criadora e transformadora.

O que nos cabe nesse estudo é justamente a compreensão do campo em que se caminha para e na linguagem. Assim, alguns enunciados heideggerianos dão início a esse pensamento (1959, pp. 7-9):

“Guarda-se a concepção de que, à diferença da planta e do animal, o homem é o ser vivo dotado de linguagem.”

“A linguagem encontra-se por toda parte.”

“Falar da linguagem talvez seja ainda pior do que escrever sobre o silêncio.”

“A linguagem ela mesma é linguagem. O entendimento escolado na lógica, habituado a empreender cálculos sobre tudo e isso quase sempre com arrogância e exaltação, considera essa frase uma tautologia vazia, uma frase que nada diz. Dizer o mesmo duas vezes: linguagem é linguagem, para onde isso haveria de nos levar? Não queremos, porém, ir a lugar nenhum. Queremos ao menos uma vez chegar no lugar em que já estamos.

Por isso perguntamos: o que há com a linguagem ela mesma? Por isso indagamos: como vigora a linguagem como linguagem? Nossa resposta é: *a linguagem fala*. Deve-se levar a sério uma resposta assim? Talvez, isto é, se ficar claro o que significa falar” (HEIDEGGER, 1959, pp. 7-9).

A primeira frase não carece comentários, considerando que a fauna e a flora, apesar de riquíssimas na sua vastidão de formas, são simplesmente aquilo que se mostra, enquanto entes naturais, habitantes desse mundo, coabitantes do ser humano. O Ser Humano, por outro lado, é o ‘ser vivo dotado de linguagem’. O que significa linguagem? Ainda estamos longe, porém vizinhos de uma resposta: sabemos que ela está em toda parte.

Adiante, algo que nos confunde: por que escrever sobre o silêncio seria “menos difícil” do que falar da linguagem? Ensaio a hipótese de que estamos considerando o infinito como ‘menor’ do que o todo. Isto é, o silêncio está para a linguagem da mesma forma que o infinito está para o todo. O infinito supõe um início, mas não determina fim; entre os números 1 e 2 está uma infinidade. O todo abrange o 1 e o 2, como também o 3 e o 4, e assim sucessivamente. O silêncio faz parte da linguagem, como aquilo que também nos *diz* algo. A ausência de fala ou comunicação de um modo genérico também significa algo. O nível de compreensão da língua de sinais elaborada nos capítulos a seguir poderá ilustrar os meandros dessa afirmação. Já, o ‘falar da linguagem’ é uma empreitada laboriosa, que nos remete à tautologia do enunciado seguinte.

“A linguagem ela mesma é linguagem. (...) *A linguagem fala*”.

O autor expressa sua ressalva que se deve primeiramente clarear o que significa “falar”. Por outro lado, a anáfora “*a linguagem fala*” permeia sua elaboração. Elucida-se principalmente a relação entre homem e linguagem, como uma relação de correspondência:

“A linguagem fala. O homem fala à medida que corresponde à linguagem. Corresponder é escutar. Ele escuta à medida que pertence ao chamado da quietude” (*ibidem*, p. 26)

Conceitos heideggerianos deveriam ser esmiuçados com mais calma, desde ‘quietude’ e ‘escuta’ até as noções de ‘propriedade’ e ‘impessoalidade’. No decorrer da disciplina eletiva teórica “Fenomenologia e Linguagem”, ministrada pelo Prof. Dr. Marcelo Sodelli no ano de 2011, pertencente ao 8º período do Curso de Psicologia da PUC-SP, aprofundamos significativamente a reflexão sobre o estado atual do mundo, a relação humana e a linguagem mediante ambos (mundo e homem). A esse respeito, abarcamos a ‘ditadura do impessoal’ no sentido em que somos ditados por ele no cotidiano. Muito se fala, pouco se diz. Muito se ouve, pouco se escuta. Nessa direção é que falatório e discurso poético são antagônicos. O essencial da disciplina eletiva estava centrado na condição humana de ser-para-a-morte, isto é, a finitude irrevogável de cada um de nós. É assim que se dá o jogo da impropriedade, no sentido de que estamos jogados no mundo na esfera do “nós” e não mais do “eu”. A esteira em que somos levados é a que dá condição para ser-com-os-outros. A partir daí é que a linguagem ganha forma, se mostra, é mostração. Quando vivemos nossa temporalidade no que se refere à nossa morte única, saímos do barco coletivo para adentrar a esfera própria. Tendo em vista o pensamento heideggeriano, nosso maior objetivo é chegarmos onde já estamos.

Para o escopo desse trabalho, acredito que esses preâmbulos sejam suficientes para o seguimento adequado desse estudo.

Em seguida, entrevejo no terceiro capítulo de “A Caminho...”, intitulado “De uma conversa sobre a linguagem entre um japonês e um pensador”, uma mediação relevante com as propostas de Flusser. Basicamente, encontramos nessa transcrição um formato que rememora uma conversa socrática, em que os interlocutores, sem ponto de chegada, se lançam em uma jornada dialógica nas entranhas da linguagem. O que nos chama a atenção é o encontro entre duas experiências, uma europeia e outra japonesa, e como ambas praticam uma articulação viável para questões ‘inquietantes’, como manifesta Heidegger. De fato, a compreensão heideggeriana e a filosofia oriental se encontram em diversos aspectos, principalmente no que diz respeito à meditação e à contemplação fenomenológica.

Para o nosso estudo, levanto desse encontro o que significa propriamente ‘morarmos’ na língua, como uma habitação onde aninhamos nossa existência:

“Há algum tempo, com muita timidez, chamei a linguagem de casa do ser. Se, pela linguagem, o homem mora na reivindicação do ser, então nós europeus, pelo visto, moramos numa casa totalmente diferente da oriental” (*ibidem*, p. 74)

Existiria assim uma “casa”⁴ diferente segundo a língua para a morada do ser? Mantenho essa pergunta no ar por alguns instantes; em breve retomaremos esse diálogo entre Heidegger e seu interlocutor oriental.

A isso, nos ligamos ao pensamento de Flusser que organiza as premissas de uma ontologia da língua. A divisão dos capítulos de seu livro representa o desenrolar teórico de seu argumento: I. A língua **é** realidade; II. A língua **forma** realidade; III. A língua **cria** realidade; IV. A língua **propaga** realidade. Aconselho ao leitor interessado pelas origens dessa visão de mundo, pelos meandros linguísticos e ontológicos, que detenha-se sobre esse livro, a fim de se inteirar da riqueza desse pensamento e de seu caminhar fenomenológico.

De fato, considero essa leitura uma experiência no seu sentido próprio, em que nos coloca diante de uma quebra do mundo calculante e comprovável cientificamente, principalmente por escaparmos dos moldes acadêmicos tradicionais. Desde o prefácio, Gustavo Bernardo nos apresenta a (quase) excentricidade da elaboração filosófica, que na época despertou críticas e elogios. Em uma resenha (parcialmente) desfavorável, Anatol Rosenfeld diz se tratar de um livro ‘*esplêndido, conquanto errado, até porque certos erros podiam ser mais fecundos do que tantas verdades*’ (p. 13). A esta observação, Flusser se mostrou agradecido e entusiasmado, pois que o objetivo de seu trabalho fora cumprido, o de participação da “grande conversação geral”.

Por outro lado, um grande apreciador da obra foi Paulo Rónai, entusiasmado com a demonstração de que:

“(…) se cada língua é um mundo diferente e, ao mesmo tempo, o mundo inteiro, o problema da tradução e do poliglotismo reveste-se de importância descomunal. Antes que uma conversação, a tradução é uma comparação; mais do que isso, uma ressurreição” (BERNARDO, prefácio in FLUSSER, *Língua e Realidade*, 1963, p. 15).

Com isto, Bernardo formula o propósito do forasteiro que escreve em português: essa obra [grifos meus]:

“(…) trata das questões primárias da filosofia, como aquela que persegue os filósofos desde Platão: **se o mundo pode ser pensado, pensar sobre o**

⁴ “A linguagem foi chamada de a “casa do ser”. Ela abriga o que é vigente à medida que o brilho do seu aparecer se mantém confiado ao mostrar apropriante do dizer. Casa do ser é a linguagem porque, como saga do dizer, ela é o modo do acontecimento apropriador” (HEIDEGGER, 1959, p. 215).

pensamento revelaria os traços essenciais da estrutura do mundo?” (*ibidem*, p. 15)

Sem dúvida, sentimos que a aporia está enroscada no gargalo da própria pergunta. Paralelamente, Heidegger formula a mesma indagação:

“Um pensamento é tanto mais pensamento quanto mais radicalmente se gesta e se faz gesto, quanto mais chega à *radix*, à raiz de tudo aquilo que é. A pergunta do pensamento permanece sendo sempre a pergunta pelos fundamentos primeiros e últimos” (HEIDEGGER, 1959, p.135).

Tendo isso em vista, a introdução de Flusser nos consolida o esforço para organizar e elucidar em argumentos sua clara posição e visão de mundo. Compreendendo seus limites e seu poder de alcance, limites concretos e alcance ontológico, o objetivo de seu ensaio está na tentativa de contribuir para a consciência da estrutura do cosmos, em que:

“Será proposta a afirmação de que essa estrutura se identifica com a língua. Que conhecimento, realidade e verdade são aspectos da língua. Que ciência e filosofia são pesquisas da língua. E que religião e arte são disciplinas criadoras de língua” (FLUSSER, 1963, p. 33-34).

Mais adiante:

“Por fim, será necessário considerar a língua tal como se desenrola dentro da nossa mente, formando e governando todos os nossos pensamentos. Surgirá a suspeita, e mais que mera suspeita, da identidade entre língua e pensamento” (*ibidem*, p. 35).

Adotando o método fenomenológico, a partir da sua conceitual ingenuidade teórica, colocando em parênteses os conhecimentos acumulados da história, linguística e afins, Flusser propõe uma aproximação da língua e sugere ‘algumas das inúmeras possibilidades’ do estabelecimento de uma “filosofia da língua”. Para o presente trabalho, essas sugestões assumem o lugar de fundamento, em que construiremos adiante o prisma através do qual ampliaremos a condição linguística da Surdez.

No primeiro capítulo, os itens desenvolvidos são: 1. A língua percebida externamente; 2. A língua percebida internamente; 3. Multiplicidade de línguas; 4. Da tradução; 5. Distribuição atual das línguas; 6. Línguas universais; 7. Limite da tradução. Resumidamente, exponho as principais considerações de cada item a fim de edificarmos esta fundamentação teórica. Assim como o funcionamento de uma lente de aumento, Flusser inicia do infinitamente grande para o infinitamente pequeno, compondo de modo coerente seu ensaio sobre as origens, os caminhos, os descaminhos e os princípios da língua em comunhão com a realidade.

O primeiro item trata dos limites cósmicos da obra como um todo, discriminando e ordenando conceitos como 'intelecto' e 'pensamento' na sequência de 'organização de palavras' e 'frases'. Basicamente, o autor pondera que "*a verdade absoluta, se existe, não é articulável, portanto, não é compreensível*" (p. 45), levando então ao limite seguinte:

"As palavras são símbolos significando algo inarticulável, possivelmente "nada". O conjunto das palavras forma o cosmos da língua. Esse cosmos é regido por regras que variam de língua a língua. É ocioso, por ultrapassar o limite da língua, falar-se na origem da língua, portanto, na origem do significado das palavras e na origem das regras. A língua, com seu significado e suas regras, é o "dado" por excelência." (*ibidem*, p. 46)

É importante ressaltar o teor do "nada" fenomenológico como terreno fértil para a potencialidade, contrapondo-se radicalmente ao "vazio". Para essa conceituação, volto-me a Heidegger em "Que é Metafísica?" (1943), texto central para compreender a investigação fenomenológica heideggeriana.

Em um primeiro momento, o autor considera a bagagem tradicional do pensamento metafísico, a especulação científica e a pesquisa derivada desses preceitos, em que se formula o postulado "do Nada, nada vem". De modo arguto, Heidegger reestrutura uma investigação que realoca o Nada, em que este não está em oposição ao ente. Tampouco é passível de definição proposital ou causal. Dizer o que "o Nada é" também é um caminho labiríntico, próprio dos efeitos de ótica das escadas de Escher. Em um segundo momento, a proposta heideggeriana é de reverter essa concepção conservadora da metafísica que descarta o Nada do campo do conhecimento. Somente ao desconstruir tal concepção é que passamos a compreender os "fundamentos originários" do Ser-Aí (Dasein). Deparamo-nos assim com a ação (que não é ação propriamente dita, pois não "atua") da **nadificação**. Apenas ao nadificar-se é que o Dasein humano poderá edificar-se.

Sendo assim, ao ficar suspenso no Nada, torna-se possível entrar em contato/relação consigo e com os entes, desvelando assim a provisoriedade das coisas, gerando angústia no Ser-Aí que se vê frente a esta eminência de não mais ser. É só a partir da suspensão no Nada que o Dasein pode se relacionar com os outros e consigo mesmo apreendendo uma totalidade existencial.

No que se refere à língua, o "nada" da citação acima corresponde a essas premissas heideggerianas, por ser colocado como originário da abertura do cosmos da língua.

Voltando ao livro de Flusser, o segundo item “A língua percebida internamente”, compõe poeticamente a ideia da formação do Eu como uma árvore, porém apenas como imagem introdutória da construção interna da realidade. Os sentidos são nossas raízes na realidade, levando ao intelecto, nosso tronco, o transporte da seiva para a copa, o espírito, que produz folhas, flores e frutos. O desdobramento dessa imagem é complexo, considera o intelecto como “produto e produtor da língua” (p. 47), discriminador de dados brutos e palavras, formador de si mesmo a partir da organização em frases (“O intelecto se forma aprendendo palavras”, p. 47).

O autor formula assim uma alegoria como método disponível para retratar o não retratável. Para o equivalente do que chama de “caos do dado bruto”, transformável em “poder ser”, encontra respaldo nas nomenclaturas de outros autores, tais como ‘*o mundo como vontade*’ de Schopenhauer; ‘*vontade*’ de Nietzsche; ‘*élan vital*’ de Bergson; ‘*vorhandensein*’ (estar adiante à mão) de Heidegger (p. 49). O principal diferencial de Flusser está justamente em denunciar que:

“Entretanto, todos estes recursos dos pensadores mencionados são viciados, *a priori*, pelo seu cativo inconsciente da língua. Suas filosofias são análises inconscientes da língua” (*ibidem*, p. 49).

A contribuição desse item será amplamente discutida nos próximos capítulos. Compreende-se que o intelecto em conversação realiza-se. Assumimos a língua como essência e não instrumento da sociedade. Como conclusão desse argumento, Flusser também abarca o silêncio como:

“(…) a direção na qual os pensamentos do intelecto correm e que representa um limite superior da língua. Sendo supra-linguístico, é supra-real, e neste sentido: irreal, do ponto de vista do intelecto. Ultrapassa o escopo deste trabalho e deve ser considerado nesse contexto somente como dando sentido, isto é, direção, aos processos da língua. A língua aparece, deste ângulo, como um processo procurando superar-se a si mesmo” (*ibidem*, p. 50-51).

Nesse sentido, silêncio demonstra-se como transcendente à língua. Poderíamos, de forma inovadora, estabelecer uma primeira articulação com a meditação heideggeriana, cuja contemplação se propaga pelo silêncio.

O terceiro e o quarto item (“Multiplicidade de línguas” e “Da tradução”) são os mais pertinentes para ampliarmos nosso campo de compreensão sobre a língua de sinais. Primeiramente, Flusser disserta sobre a ‘razão pura’, tal como a língua da ciência e da matemática elabora suas premissas. A sensação que nos invade de certa ‘irrealidade’ diante da ciência exata se dá justamente pelo fato de ser uma língua como as demais, logo, carece de tradução para se realizar nas demais línguas. O esforço de tradução é contínuo.

No interior desse argumento, encontramos um postulado de grande valor [grifos meus]:

“Para ser, a realidade precisa parecer. Portanto, toda vez que o intelecto troca de língua, a realidade é diferente. Mas uma ontologia que opera com uma infinidade de sistemas de realidade substituíveis é intolerável. É preferível abandonar o conceito da realidade como conjunto de dados brutos. **É preferível dizer, como o fiz nos parágrafos anteriores, que os dados brutos se realizam somente quando articulados em palavras. Não são realidade, são potencialidade. A realidade será, em consequência, o conjunto das línguas.** Esta definição da realidade contorna a segunda dificuldade implícita na imagem acima esboçada. O que é esse intelecto que troca de óculos? Qual é sua realidade? **Dentro da nova definição, a dificuldade desaparece: o intelecto não é real, a não ser que pense em alguma língua.”** (*ibidem*, p. 53)

O ensinamento acima poderia passar por uma tautologia, também à semelhança do que Heidegger propõe. Mas aqui se evidencia o caráter “mostrativo” da linguagem heideggeriana desde a primeira frase. A pertinência está nas colocações grifadas, em que se assume a posição de que não existe intelecto realizável dissociado de língua. Ou seja, realidade é composta a partir de alguma língua que possibilite sua articulação para o intelecto. A meu ver, o mais interessante está na proposição do autor em definir a tradução como um processo de destruição e renascimento do intelecto, reconhecendo assim o políglotismo como uma forma igualmente válida para ultrapassar os limites da língua.

Sendo assim, “Da tradução” aprofunda a compensação produzida por e pelo o intelecto no esforço da tradução de uma língua a outra, de uma realidade à outra. Compreende-se que não há “coisa em si”, tampouco “Eu absoluto”, no exercício da transposição de uma língua para outra. Por meio de exemplos de frases simples em português, inglês, tcheco, alemão e hebraico, Flusser se aventura por traduções livres e analisa pacientemente as nuances de cada realidade obtida. Abandonando a identificação de realidade como “realidade dos dados brutos”, os conceitos intrínsecos de cada formulação linguística expressa consistências de realidade distintas. Traduções legítimas são aceitas, mas a resposta perseguida pelo autor está no labor de encontrar a precisão ontológica proposta. O “dado bruto” torna-se mito pela transitoriedade das traduções.

Em um primeiro momento, um de seus exemplos (p. 56-57) está no “*Vou*” da língua portuguesa, primeira pessoa do singular do verbo transitivo “ir”. Em inglês, sua tradução clássica seria “*I go*”. Ao ampliarmos a frase para “*Vou estudar*” torna-se impossível traduzi-la para “*I go learn*”, demonstrando assim o fato de que não possuem um significado idêntico. Mais interessante ainda é a tentativa da tradução tcheca. Flusser nos apresenta quatro palavras alternativas igualmente legítimas para “*Vou*”, cada uma expressando um diferencial qualitativo, de tempo e

frequência. A isso, correspondemos a uma vivência existencial muito específica daqueles que estão aptos para esse tipo de exercício:

“O salto de língua a língua, atravessando o abismo do nada, cria no intelecto aquela sensação de irrealidade, tão aparentada à angústia existencial, que foi mencionada no parágrafo anterior, quando foi discutida a ciência. A possibilidade de tradução representa, para o intelecto, a vivência da relatividade da realidade. *Vou* está situado dentro de uma realidade, *I go*, dentro de outra, e entre ambas, o abismo do nada, o aniquilamento do pensamento. Traduzindo, o intelecto ultrapassa o horizonte da língua, aniquilando-se nesse processo. (...) A recusa instintiva do monoglota (com permissão da palavra) de aceitar como equivalente o significado de outra língua é sinal de uma repulsa sadia contra o relativismo ontológico que o poliglota traz consigo. Aquele que não fala “a língua da gente”, ou fala mais de uma língua, é suspeito. Com razão, pois perdeu o fundamento firme da realidade, que é justamente a “língua da gente” (*ibidem*, p. 59).

Em um segundo momento, o autor conceitua a tradução como uma possibilidade única, da capacidade ontológica, de superar os próprios horizontes da língua. Nessa perspectiva, há tanto um aniquilamento provisório de si, quanto uma superação, considerando que a tradução, a rigor, sequer existe. “*Cada língua tem uma personalidade própria, proporcionando ao intelecto um clima específico de realidade*” (p. 61), possui então uma individualidade. Traduzir corresponde então a navegar por entre as línguas, a partir de suas semelhanças significativas, e não léxicas⁵.

Qual a relevância, para a presente pesquisa, do relativismo ontológico do poliglota? Por que a tradução, que nos coloca diante do abismo do nada para uma nova formulação linguística, pertencente a uma nova realidade, é importante para a interface entre Surdez e Psicologia? Mais adiante ampliaremos o conhecimento sobre o que significa ser Surdo, adquirir a língua de sinais, aprender a língua oral e fazer uso de um intérprete. A contribuição a que me proponho está justamente na apropriação da fundamentação teórica ontológica sobre língua e linguagem dentro deste primeiro capítulo para expandirmos nossas considerações sobre o modo de ser Surdo. E, de alguma forma, podemos atribuir a esse modo de ser Surdo a faculdade de poliglota. Retenhamos essa afirmação.

⁵ “Há dois tipos de tradução: a significativa e a léxica. A frase portuguesa *Estou com medo da consulta que vou fazer ao dentista amanhã* terá a tradução aproximada significativa para o alemão como segue: *ich fuerchte mich vor der morgigen Untersuchung beim Zahnarzt*. A tradução léxica seria *dabinmit Furcht der Anfrage was ich gehe machen dem Zahner morgen*. A tradução léxica do alemão para o português seria: *eu receio-me diante da amanhaesca pesquisa perto do dentomédico*. A retradução léxica da frase portuguesa para o português seria: *existência da primeira pessoa do singular presente junto com medo pertencente à consulta o que eu estou andando fazer para o dentista amanhã*. Este tipo de tradução é grotesco. Por quê? Revela a personalidade de uma língua nos trajes de outra. A sensação do grotesco, do impossível e do irreal (...).” (FLUSSER, Língua e Realidade, 2007, p. 60-61)

No quinto item intitulado “Distribuição atual das línguas”, o autor expõe o postulado de que: “*existem basicamente três tipos de línguas: as flexionais, as aglutinantes e as isolantes. Existem, portanto, três tipos de mundo, dentro dos quais o intelecto humano vive*” (p. 61). De modo muito perspicaz, somos convencidos de que toda a distribuição atual das línguas se configura nessa tripla ramificação. Detenho-me para sintetizar cada uma delas, a partir dos exemplos citados por Flusser.

O mundo das línguas flexionais abrange o Ocidente, no que se refere às línguas indo-europeias e as hamito-semitas. Este “Ocidente” não é compreendido apenas por sua colocação geopolítica, mas por sua elementaridade. O mundo das línguas flexionais é feito de elementos (palavras), dividido em regras diferentes para cada língua, mas compartilha do caráter básico em que esses elementos entram em relação entre si, se modificam, e conservam sua identidade. Sua formulação depende invariavelmente de uma situação, sendo esta composta de “*um centro (sujeito), um processo que o centro irradia (o predicado) e um horizonte em direção ao qual o processo é irradiado (o objeto)*” (p. 62). O mais interessante, a meu ver, está na sua codificação: “*Nenhuma língua flexional é, por si, lógica, mas toda língua flexional é redutível à lógica*” (p. 62). Essa dinâmica corresponde a uma cadeia organizada de fatores que explicitam precisamente aspectos da realidade ocidental e sua conversação. Por pertencermos ao campo flexional, acredito que a razoabilidade da sintaxe proposta não careça de exemplos para ser compreendida.

O mundo das línguas aglutinantes é feito de superpalavras (pensamentos), impenetráveis para o espírito lógico do mundo das línguas flexionais. Trata-se de um mundo “*compacto, consistente de blocos de significado. Para nós, é um mundo caótico e sem significado*” (p. 63) A fim de compor essa síntese, transcrevo uma ilustração:

“Como este significado é impenetrável para nosso espírito, darei um exemplo, a superpalavra esquimó *igdlorssuatsialiorfigssaliarqugamiuk*. Nessa superpalavra o analisador descobre o seguinte: *ig= casa; dlor= sufixo; ssu= grande; a= sufixo; tsia= intraduzível; lio= construir; r= sufixo; fi= lugar; gss= futuro; a= sufixo; lia= andar; r= sufixo; qu= mandar fazer; gam= quando ele para ele; iuk= fim da superpalavra. A tentativa de tradução para uma língua flexional resulta, conforme Kaj Birket Smith em *aconteceu que ele pediu que vá ao lugar da construção futura da casa relativamente grande*. Mas esse autor conseguiu a tradução, conforme confessa, não tanto pela análise da superpalavra, mas pela observação do efeito sobre o interlocutor” (*ibidem*, p. 63).*

Esses ‘blocos’ fazem do mundo das línguas aglutinantes algo de amorfo aos nossos olhos que, segundo Flusser, remete ao caos do ‘*balbuciar, é bárbaro, no sentido grego da palavra*’ (p. 67).

O mundo das línguas isolantes é composto por partes, elementos que não têm significado determinado, mas que são usadas como peças de um mosaico, em que seu resultado estético formará significado (pensamentos). Sendo assim, sílabas podem adquirir significados variados dependendo de seu contexto. Um exemplo ilustrado no texto é a sílaba cantonesa *chih* que assume os seguintes significados (entre outros), em determinados conjuntos:

“(...) história, empregar, cadáver, mercado, exército, leão, confiar, servir alguém, poesia, tempo, saber, dar de presente, ser, sólido, perder, proclamar, olhar para, dez, levantar, pedra, geração, comer, casa, clã, começo, soltar, experimentar, negócio, potência, oficial, jurar, morrer, acontecer, etc. Do conjunto formado pelas sílabas, daquilo, portanto, que corresponde vagamente às nossas frases, emana uma aura de significado, decerto unívoca para o cantonês, mas equívoca a nossos olhos. (...) Os conjuntos são formados, aparentemente, sem qualquer regra. As sílabas não sofrem modificação, e não são ligadas entre si, continuam isoladas dentro do conjunto. Toda combinação de sílabas produz significado. O conjunto forma um todo estético, cuja vivência (aishteton) é a aura de significado. Essa aura, por não ser unívoca logicamente, não pode ser captada nas línguas flexionais.” (ibidem, p. 63-64)

Outra imagem utilizada para representar esses conjuntos estéticos é a formação da matéria em átomos: *“os átomos não são parte da matéria, mas condição das moléculas deles formadas”* (p. 64). Considera-se que *“se o ideal da frase flexional é a verdade, então o ideal do conjunto silábico é a beleza”*⁶ (p. 64). É do mundo das línguas isolantes que a conversação chamada “civilização oriental” tem suas origens. (Aprofundar-se nos argumentos sugeridos acima, desde a divisão da realização do intelecto humano em apenas três possibilidades, até seus desdobramentos geográficos e históricos, resulta mais uma vez na leitura da íntegra do livro citado.)

A partir dessas colocações, podemos colocar uma nova luz para o diálogo pertencente ao terceiro capítulo de “A Caminho da Linguagem” (1959). O pensador (Heidegger) e seu interlocutor japonês constroem dialogicamente um percurso inquietante, buscando a verdade e a essência da linguagem, sem preocupações do perigo e dos descaminhos desses percalços. Logo de início, Heidegger indaga sobre a possibilidade de a cultura oriental atribuir senso estético à linguagem, por atribuir à civilização ocidental exclusiva o pensamento “estético”:

“A palavra estética e o que ela evoca provém do pensamento europeu, da filosofia. A consideração estética deve ser, assim, estranha para o pensamento oriental” (HEIDEGGER, 1959, p. 71).

⁶ N. da Autora: Reproduzo proposadamente as palavras do autor para discorrer sobre o mundo das línguas isolantes por considerar sua caracterização como a mais próxima do nosso entendimento para a Língua de Sinais, em particular, a Libras.

Desse ponto em diante, a contribuição de Flusser colocaria a conversação em equívoco e impenetrabilidade conceitual. Equívoco pelo fato de que a palavra “estética” e sua filosofia não provêm do pensamento europeu exclusivamente. Compreendendo o mundo das línguas isolantes, a estética permeia o pensamento oriental de modo que o pensamento europeu só se propõe a esquematizá-la em filosofia, via lógica. Já no que se refere às essências e das moradas da linguagem entre europeus e orientais, podemos finalmente afirmar que estas **são** diferentes, por corresponderem a mundos distintos. Enquanto a língua alemã, pertencente ao mundo das línguas flexionais, representa um intelecto humano que se realiza através da **lógica**, já a língua japonesa, pertencente ao mundo das línguas isolantes, corresponde a uma realização do intelecto via **estética**. Para a troca fiel de informações entre os interlocutores, acontece o fenômeno e o exercício da tradução.

Chegamos assim ao sexto item “Línguas universais”. Basicamente, Flusser aprofunda os desdobramentos da especulação filosófica sobre os valores das civilizações adjacentes. Expressa a imagem de que a civilização ocidental é uma conversação que “*gira em círculos sempre mais amplos*” (p. 72). Retoma adiante três situações primordiais das línguas universais (santificadas) que originam essa conversação: a hebraica, a sânscrita e a grega, correspondendo respectivamente às línguas universais da fé, da mística e da poesia lógica. O argumento nos concilia ao movimento concêntrico da conversação ocidental:

“A conversação ocidental gira em redor de umas poucas frases de significado ontológico impostas pelo tipo de estrutura comum a todas as línguas flexionais. As línguas universais “santas” mantêm essa conversação e a propagam” (FLUSSER, 1963, p. 76).

Para nós, a ‘santidade’ da língua grega é mais próxima, considerado como “*ontologicamente fundamental*” (p. 75), por proporcionar à nossa herança filosófica nossa bagagem de significado. Ou seja, são palavras que, traduzidas, evocam qualitativamente a realidade. Mas no processo de tradução, também há algo que se perde, como colocado no exemplo da passagem do grego para o latim:

“Por exemplo, *substantia* significava *hyle* e *natura* significava *physis*. Sabemos que o resultado dessa substituição foi um empobrecimento do pensamento filosófico. Uma dimensão desse pensamento evaporou-se na tradução. Com efeito, grande parte da especulação filosófica de filósofos como Heidegger consiste em análises fenomenológicas de palavras gregas. Eles estão à procura daquela qualidade de “santidade” que tenho em mente” (*ibidem*, p. 75).

Novamente, temos uma ilustração sobre o processo de tradução. Assim chegamos ao sétimo e último item desse primeiro capítulo, “Limite da tradução”. Entre a civilização do Ocidente

e do Oriente, percebemos que são conversações distintas, que quando colocadas em diálogo, são atravessadas por distorções e equívocos próprios da tradução, embora muito frutífera.

Uma característica do mundo das línguas isolantes é apropriada para a compreensão da presente pesquisa: ao passo que a escrita das línguas flexionais representa *grosso modo* nossa língua falada, os caracteres chineses, por exemplo, são “*a matéria prima do intelecto oriental, são a forma pela qual os dados brutos são apreendidos, compreendidos.*” (p. 78). Ou seja, possui uma natureza própria de formação e produção intelectual:

“O analfabetismo deve ter, na China, um aspecto epistemológico desconhecido no Ocidente. A língua falada deve ser, no Oriente, um primeiro estágio, ainda imperfeito, da língua escrita. Somente o “letrado” possui realmente um intelecto desenvolvido. Os caracteres são apreendidos de maneira um tanto paralela àquela segundo a qual encaramos pinturas figurativas. A “mensagem” e a qualidade estética do caráter são apreendidas e compreendidas simultaneamente. O caráter significa *paz* não somente porque consiste de dois caracteres significando *telhado* e *mulher*, mas também pela qualidade estética que emana. O mesmo caráter pode ser escrito de diversas maneiras, salientando esta ou aquela pincelada. O significado “pacífico” do caráter se modifica de acordo. A caligrafia tem, pois, no Oriente, uma importância comparável tanto com a nossa filosofia como com a nossa poesia. O calígrafo formula os pensamentos.” (*ibidem*, p. 78)

Interessa-nos precisamente a perspectiva do que significa uma “*qualidade estética que emana*” a partir da conjunção de caracteres. Paralelamente, retenhamos essa imagem a fim de investigarmos a Língua de Sinais nos capítulos a seguir, embora ainda elucidaremos o papel da língua escrita e da língua falada para a Surdez.

Por ora, esforcemo-nos a imaginar o mundo em que vive um oriental, sobre essa qualidade estética visual dos dados brutos que nos escapa, assemelha-se a pinturas abstratas para nosso mundo flexional (p. 79). Pessoalmente, relato a experiência de um conhecido quando compreendeu o ideograma referente à *eletricidade*, composto por dois caracteres, um de *chuva* e outro de *pipa*. A isso, possibilitamos ilustrações a respeito da composição gráfica e conceitual do mundo isolante e estético do Oriente.

Faremos agora um pequeno salto dentro do livro para avaliarmos o que foi pensado até o momento. Essa análise do pensamento e da ontologia da língua em que grandes pensadores formataram seu postulado é esmiuçada nos capítulos seguintes. Para intrigar o leitor, me refiro agora ao segundo capítulo “A língua forma realidade”, em que os itens⁷ estudados são: 1. Tempo;

⁷ Cada uma dessas temáticas é semelhante às categorias aristotélicas que compõem uma realidade sistemática. Ou seja, comparativamente à: substância; acidente; qualidade; relação; ação; passividade; estado (hábito); situação (a posição); quantidade; lugar e tempo (p. 87). Para Flusser, Aristóteles compôs “as dez maneiras do ser” representativas da gramática grega (inevitavelmente distorcidas ao serem traduzidas do grego para o português).

2. Atividade, passividade (subjetividade, objetividade); 3. Substância; 4. Unidade; 5. Causalidade; 6. O ser; 7. Potencialidade; 8. “Es”; 9. O português como instrumento de investigação.

Este capítulo propõe um estudo sobre a **estrutura ontológica** da língua, como sendo “aquilo que faz com que as frases sejam significativas” (p. 87). Considero apropriado lançar-nos brevemente nessa divergência sequencial em que estávamos para as citações de Flusser sobre o existencialismo alemão. No sexto item desse segundo capítulo (“O ser”), o autor examina atentamente a composição do conceito “ser” em línguas como o francês, o português, o hebraico, o alemão e o inglês. Para a conversação alemã, o verbo *sein* é submetido a análises minuciosas, colocado na ponta de “*bisturis dos intelectos mais afiados*” (p. 117). Por outro lado, a tendência aglutinante da língua alemã forma superpalavras com o núcleo de formação *sein* a fim de “*iluminar a extensão de seu significado*” (p. 118). A crítica exposta por Flusser está justamente na negligência de cada um dos alemães citados (Hartmann, Jaspers, Heidegger, Cassirer) sobre a multiplicidade das línguas e, conseqüentemente, da modalidade linguística da ontologia. O autor sugere finalmente que a língua portuguesa ultrapassa a língua alemã na sua potencialidade existencial:

“A tradução da palavra *sein* para o português revela radicalmente essa dependência linguística da ontologia. A língua portuguesa analisa as diversas modalidades do *sein* sem existencialismo, sem fenomenologia, sem a análise categorial de Hartmann. Heidegger, Jaspers, Sartre e Camus teriam talvez analisado o problema do ser de uma forma radicalmente diferente, se tivessem aprendido o português. A palavra *ser* significa, aproximadamente, o *Sosein* dos existencialistas (ser assim), a palavra *estar* representa o *Dasein* em largos traços e a palavra *ficar* abrange o *Vorhandensein* e o *Zuhandensein* (*ser-adiante-da-mão* e *ser-à-mão*) e ultrapassa-os. O *prédio fica ao lado direito* significa tanto a sua disponibilidade como a limitação que ele representa para os que *estão* na rua, isto é, para aqueles que *são* pedestres. A simples contraposição das três palavras neste contexto esclarece, de um golpe, a problemática do existencialismo e vale pela leitura de muitos temas de filosofia. Os pensadores como Hartmann e Heidegger, que se esforçam honestamente para ultrapassar os limites que a língua alemã lhes impõe, nunca podem chegar a formular autenticamente as modalidades do ser como o faz a língua portuguesa. O português é uma língua fundamentalmente *existencialista*, enquanto que o alemão tende para o *essencial*, o *Wesen*. É um paradoxo de nossa geração ter surgido o existencialismo moderno na conversação alemã” (*ibidem*, p. 120).

Sendo assim, o pensamento heideggeriano, que supõe abranger o sentido do Ser, resulta na investigação do sentido do Ser da língua alemã. Seus postulados estão enraizados e influenciados pelas determinações gregas e alemãs, sem transpor o já citado “cativeiro inconsciente da língua”.

A conclusão desse segundo capítulo eleva a tradução das línguas flexionais para o propósito da conversação da civilização ocidental, considerando todas as suas distorções no meio do caminho. Para a presente pesquisa, encontramos nessa conclusão o que tomaremos como axioma [grifos meus]:

“Essa possibilidade de tradução revela que **a cada estrutura de cada língua individual corresponde um cosmos significativo diferente**. Cada língua é um mundo diferente de toda outra língua. Este paradoxo resolve-se se consideramos que cada língua inclui em seu mundo todas as demais línguas pelo método da tradução. **O intelecto, realizado na conversação de uma língua específica, apreende, compreende e articula a realidade específica de sua língua. Pelo método da tradução pode participar de diversas realidades**” (*ibidem*, p. 128).

Sendo assim, nos aproximamos da própria conclusão desta fundamentação teórica a fim de prosseguirmos na nossa investigação sobre a Libras e sua contribuição para a formação do psicólogo. A visão de homem e de mundo fenomenológica proporciona uma compreensão no seu sentido mais íntimo, em que compreender é existir em algo. Passamos pelo caminho da e na linguagem de Heidegger, para chegarmos onde já estamos; junto à escolta de Flusser, mergulhamos nas profundezas da relação entre língua e realidade. Consideramos assim o processo de tradução como uma distorção iminente, produtor da nossa própria bagagem filosófica e epistemológica. Por outro lado, a multiplicidade das línguas é a composição da realidade nas suas mais diferentes facetas. Para Flusser, postular sobre uma ontologia linguística é demonstrar que a língua é um tecido em transformação, evolução e assimilação constante, como uma matéria viva, que nos tece e se faz tecido de modo recíproco.

A isso, podemos nos remeter a Bondía, filósofo espanhol que nos foi apresentado no decorrer da disciplina eletiva mencionada anteriormente. Ele discorre sobre o que significa a experiência da contemporaneidade, no texto “Notas sobre a experiência e o saber da experiência”, a fim de reestruturar paradigmas educacionais. Cito [grifos meus]:

“E isto **a partir da convicção de que as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação**. Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. **As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras.** (...) O homem é um vivente com palavra. E isto não significa que o homem tenha a palavra ou a linguagem como uma coisa, ou uma faculdade, ou uma ferramenta, mas que o homem é palavra, que o homem é enquanto palavra, que todo humano tem a ver com a palavra, se dá em palavra, **está tecido de palavras, que o modo de viver próprio desse vivente, que é o homem, se dá na palavra e como palavra**. Por isso, atividades como considerar as palavras, criticar as palavras, elege as palavras, cuidar das palavras, inventar palavras, jogar com as palavras, impor palavras, proibir palavras, transformar palavras etc. não são atividades ocas ou vazias, não são mero palavrório. **Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos**” (BONDÍA, 2002, p. 20-21).

Dessa palavra, indagamos sobre a língua em que ela se concretiza, qual o campo semântico para a formulação desse ser humano que pensa, age e se relaciona com e por palavras. Nesse trecho, Bondía também se contrapõe a Aristóteles, longe das amarras cartesianas, valorizando a linguagem ao declarar que “*o homem é palavra*”.

E como seria, para o Surdo, “*o homem é sinal*”?

Aliando esse pensamento com minha trajetória explicitada na Introdução deste trabalho, estabelecemos aqui um primeiro passo quanto à pesquisa de uma possível ontologia linguística que poderá considerar a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Como se realiza o cosmos de um intelecto impenetrável pelos estímulos auditivos, logo, a via primária de aprendizagem linguística? Qual a sintaxe existencial em que o Surdo elabora e assimila o mundo? A Surdez não é sinônima do autismo, embora reproduza sintomas similares em casos de incomunicabilidade.

Levanto a hipótese de que a Língua de Sinais (que não é universal, porém assume uma base de referência através do campo viso-espacial circundante) corresponda ao mundo das línguas isolantes. Verificaremos isso nos capítulos seguintes.

II. Realidade Surda

“Quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceito a pessoa... Quando eu rejeito a língua, eu rejeito a pessoa, porque a língua é parte de nós mesmos... Quando eu aceito a língua de Sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo. Nós não devemos mudá-los, devemos ensiná-los, mas temos que permitir-lhes ser surdo.”

(Terte Basilier / Psiquiatra – Surdo Norueguês)

Adquirindo um fio condutor fenomenológico para contemplar a realidade Surda, deparo-me com um impasse metodológico a fim de apresentar fidedignamente essa realidade. Proponho ao leitor que não se detenha às perspectivas rigorosas das teorias psicológicas aprendidas, considerando assim abranger demais pontos de vista. As publicações que investigaram a questão Surda pertencem a diversas áreas de conhecimento, principalmente os departamentos de Fonoaudiologia e de Educação, por referirem-se aos métodos clínicos e pedagógicos na atuação com o deficiente auditivo (**D. A.**). Cada um desses departamentos também foi atrás de outras referências pertencentes à Psicologia, como a psicologia social, a psicologia educacional e a psicologia interacionista.

Sendo assim, perceberemos o espaço vazio do conhecimento próprio da Psicologia nesse quesito, sobre a Surdez especificamente, o que me permite agregar outros campos acadêmicos para essa compreensão fenomenológica. Tendo isso em vista, o presente capítulo aliará contribuições tanto sociológicas quanto educacionais para completarmos a configuração de mundo vivida pelo modo de ser Surdo.

A. UMA HISTÓRIA PARALELA

O livro “O Surdo – Caminhos para uma nova identidade” (MOURA, 2000) fala precisamente sobre a construção histórica da educação dos surdos e analisa a história de vida de um Surdo como estudo de sua construção de identidade. Com o segundo capítulo de “O Surdo...” adquirimos um conhecimento pleno desse panorama histórico a que me refiro.

É surpreendente que, nos anais da história pedagógica e letiva, o universo do Surdo tenha sido negligenciado de tal forma que só restou aos “especialistas” da área um entendimento do assunto. Desses especialistas, me refiro principalmente aos fonoaudiólogos e pedagogos, formações em que o Surdo é minimamente contemplado. Dedico-me a trazer de modo sucinto a

trajetória do interesse dos ouvintes àqueles que não escutam. Ênfase a lacuna de informações a respeito desse processo sócio-histórico, exigindo que cada publicação retome os percalços da educação dos Surdos⁸.

Historicamente e através das civilizações, o Surdo ocupa um lugar específico, ora sagrado (para os Egípcios na época dos faraós, em que eram considerados como mediadores dos deuses), ora marginalizado (a partir do período greco-romano, os Surdos sequer tinham direitos de propriedade, por serem avaliados como incapazes). Também foram considerados “sem alma”, segundo os cristãos durante a Idade Média. Somente na Idade Moderna e no período renascentista, em que a perspectiva da razão prevaleceu sobre a perspectiva religiosa, é que se iniciaram alfabetizações e processos educacionais específicos para o Surdo.

Por séculos a fio, foi mantida a concepção de que seria necessário “humanizar” os Surdos a partir da fala. A constatação de Moura traz uma indagação importante para os nossos dias:

“A questão que se coloca atualmente é: quanto deste conceito não está ainda interiorizado nos atuais educadores, nos familiares dos Surdos e na população em geral?” (MOURA, 2000, p. 16).

Na Idade Moderna⁹, o monge beneditino espanhol Ponce de León foi o precursor de uma educação focada para filhos Surdos da nobreza. O intuito inicial era possibilitar a fala para aqueles que seriam os herdeiros de títulos e poder financeiro, habilitando-os a serem reconhecidos como cidadãos. Em seguida, vieram filólogos, educadores e médicos, em países como a Espanha, a Suíça e a Inglaterra, cada um aportando novas contribuições para a sistematização da educação do Surdo. Embora houvesse um ensaio para a datilografia (alfabeto digital, feito com as mãos), todos os recursos estavam centrados para adaptar o sujeito Surdo dentro da fala. Desde mímica, passando por gestos e experiências sensoriais, cada proposta aliou-se à convicção de que apenas a língua oral habilitaria o Surdo como **ser humano** e, no século XVIII, como ser **racional**.

Nos anos 1760, na França, Charles-Michel de L’Epée reconhece a Língua de Sinais como língua. Por ter consolidado a educação para Surdos a partir dos sinais, muitos consideram que ele foi o inventor do alfabeto digital, embora este já existisse muito antes do início de seu trabalho. Seu grande mérito constitui basicamente o acesso à língua escrita pela Língua de Sinais, assim como métodos comunicativos que procuravam desenvolver conceitos abstratos para os Surdos

⁸ A publicação considerada antológica pelos pesquisadores da área da Surdez é “*When the mind hears - a history of the deaf*” (LANE, 1989). Professor universitário de Psicologia na Northeastern University (Boston, Estados Unidos da América), Lane é perito na pesquisa sobre Cultura Surda e língua gestual. As obras deste autor são citadas por quase toda bibliografia estudada no presente trabalho. Infelizmente, não tive oportunidade de obter nenhum exemplar a tempo da entrega deste estudo.

⁹ Período de tempo da história Ocidental, correspondente aproximadamente aos séculos XV – XVII.

(MOURA, 2000). Seu objetivo final estava pautado na religiosidade: a educação dos Surdos daria oportunidade para essa população de se confessar, logo, de serem redimidos no Juízo Final, segundo o cristianismo. Sendo assim, de L'Épée foi o primeiro educador que procurou aprender a Língua de Sinais com os Surdos para poder transmitir-lhes uma educação formal, legitimando a diferença entre uma gramática oral e uma gramática sinalizada. A publicação de seu livro em 1776 "*Institution des Sourds-Muets para la Voie des Signes Méthodics*"¹⁰ apresenta a noção que guiou seu trabalho:

“Todo Surdo-Mudo enviado a nós já tem uma linguagem... Ele tem o hábito de usá-la e compreende os outros que o fazem. Com ela, ele expressa suas necessidades, desejos, dúvidas, dores, etc. e não erra quando os outros se expressam da mesma forma. Nós desejamos instruí-los e assim ensiná-los o Francês. Qual é o método mais simples e mais curto? Não seria nos expressando na sua língua? Adotando a língua e fazendo com que ela se adapte a regras claras, nós não seríamos capazes de conduzir a sua instrução como desejamos?” (DE L'ÉPÉE, 1776, p. 36 *apud* LANE, 1984, p. 59-60 *apud* MOURA, 2000, p. 23)

Sendo assim, desde 1760 a Língua de Sinais mostrou-se tão rica quanto qualquer língua oral, legitimando assim um processo de educação que não fosse fastidioso, uma vez que o treinamento da fala demandava muito mais tempo e pouco aproveitamento. De L'Épée se sobressai também no âmbito público: funda em Paris a primeira escola pública para Surdos no mundo (MOURA, 2000).

Em “Vendo Vozes – Uma viagem ao mundo dos Surdos” (SACKS, 2010), nos inteiramos sobre publicações de Surdos, os primeiros alfabetizados por de L'Épée, que ficaram perdidas, como Pierre Desloges, em 1779. Disponível em inglês, o autor cita um trecho para referir-se à libertação obtida dos Surdos “mudos”:

“A língua [de sinais] que usamos entre nós, sendo uma imagem fiel do objeto expresso, é singularmente apropriada para tornar nossas ideias acuradas e para ampliar nossa compreensão, obrigando-nos a adquirir o hábito da observação e análise constantes. Essa língua é vivida; retrata sentimentos e desenvolve a imaginação. Nenhuma outra língua é mais adequada para transmitir emoções fortes e intensas” (DESLOGES, 1776, *apud* SACKS, 2010, p. 29).

¹⁰ “Instituição dos Surdos-Mudos pela via dos Sinais Metódicos” (tradução livre). Os Sinais Metódicos correspondem a um sistema utilizado por de L'Épée em que: “*Através dos sinais usados pelos Surdos, ele construiu um sistema que tinha estes mesmos sinais usados na ordem do francês (visto que a Língua de Sinais tem uma ordem diferente da língua oral). Este sistema tinha também sinais inventados para as palavras francesas que não eram representadas em Língua de Sinais (já que a Língua de Sinais tem uma organização espacial que implica na não necessidade de utilização de vocábulos usados na língua oral) e terminações que marcavam a gramática da língua oral (que não são representadas na Língua de Sinais pela sua característica espacial ou são representadas de outras formas). Desta forma, os alunos conseguiriam sinalizar qualquer texto escrito ou escrever qualquer texto em francês gramaticalmente correto quando ditado por ele. Este sistema foi chamado de Sinais Metódicos e implicava num aumento muito grande de sinais. Entretanto, a explicação do conteúdo do texto se dava através da Língua de Sinais, que também continuava a ser usada na comunicação entre os Surdos. Estes sinais metódicos foram usados até 1830*” (MOURA, 2000, p. 23)

Com aquele gancho literário que Sacks costuma redigir seus escritos, passamos por outra afirmação de um neurologista britânico que, um século depois, ao debruçar-se sobre as questões da afasia, considerou que as grandes perdas decorrentes da perda da fala era a incapacidade de “*proposicionar*”, tanto externamente quanto internamente.

Ou seja, esclarece que:

“Falamos não apenas para dizer a outras pessoas o que pensamos, mas para dizer a nós mesmos o que pensamos. A fala é uma parte do pensamento”
(HUGHLINGS-JACKSON, *apud* SACKS, 2010).

Percebemos um elo a partir dessa citação com a própria argumentação de Flusser quanto à língua, em que o pensamento se viabiliza por ela. Desloges relata como vivia uma realidade esparsa, com sinais aleatórios e isolados, antes de conseguir estruturar, transmitir e conversar a partir de um discurso lógico (SACKS, 2010, p. 27).

Logo, para além dos requisitos de uma educação particular, tornou-se uma questão de política pública conceberem escolas especiais para Surdos, no decorrer do século XVIII. A instituição criada por de L’Epée (Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris) repercutiu internacionalmente, tanto no continente como nos Estados Unidos da América. No fim do século XVIII, nomes como Abbé Sicard (diretor sucessor de de L’Epée) e Jean Massieu (Surdo) ficaram conhecidos por defenderem veementemente a utilização dos sinais a partir de publicações sobre gramática geral e dos treinos muito bem sucedidos com Massieu.

Com a morte de Sicard, a escola havia crescido consideravelmente e os defensores do oralismo¹¹ começam a disputar pelo poder da educação dos Surdos (MOURA, 2000). Massieu já era um renomado professor Surdo quando batalha pela aceitação da diferença, e não da desgraça, em ser Surdo.

¹¹ **Oralismo** é um método de ensino para Surdos, no qual se defende que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através da língua oral, ou seja, falada. Surdos que utilizaram deste método de ensino são considerados surdos oralizados. Comumente aliado à fonoaudiologia, a oralização corresponde a sessões exaustivas de treinamento de fala a partir da estimulação vocal e leitura labial (resultando na leitura orofacial). Tal método tornou-se representativo de uma abordagem técnica cuja concepção da Surdez era de uma deficiência que poderia ser sanada a partir das tecnologias disponíveis (amplificação sonora, eletroacústica, entre outros procedimentos mais ou menos invasivos). Sobre o oralismo, Moura diz: “O homem Surdo modelo é talhado a partir da imagem que o ouvinte tem de si mesmo, e uma inabilidade em ouvir faz com que a execução completa desta imagem seja impossível em qualquer circunstância. Nesta perspectiva, vejo que todas estas tentativas de oralização do Surdo caminharam numa busca incessante de uma transformação do Surdo num ouvinte que ele jamais poderia vir a ser.” (MOURA, 2000, p. 55)

A primeira reviravolta na história do processo educacional dos Surdos se dá na chegada do médico cirurgião Jean-Marc Itard (aluno de Philippe Pinel) e de Baron de Gérando, filósofo e administrador. Gérando assumiu o cargo de direção administrativa do Instituto desde 1814, promovendo os experimentos tecnológicos de Itard para seus estudos, a fim de descobrir a causa da Surdez¹². Itard também ficou conhecido por seu trabalho com o Menino Selvagem de Aveyron, apesar de seu fracasso na tentativa de “recuperá-lo”. Uma espécie de Doutor Mengele¹³ do século XIX, que agiu “em nome da ciência”, compactuou para que a Surdez fosse vista sob o prisma da deficiência, da anormalidade e da necessidade incontestável de medicalização do Surdo. Prisma este adotado até os dias de hoje, em esferas clínicas e escolares, na conceituação e na propagação da Surdez.

O cenário europeu do século XIX começa sua trajetória de desprezo e desvalorização da Língua de Sinais. Assim foi o caminho realizado para a Conferência de Milão, em 1880: emblemático congresso na história da educação dos Surdos por rejeitar e abolir toda e qualquer Língua de Sinais pela primazia do ensino da língua oral nacional. Apesar dos avanços bem-sucedidos, já realizados nos Estados Unidos e na França, com a aprendizagem dos Sinais, o Congresso de Milão representa o símbolo da repressão e do retrocesso educacional, assim como representativo da imagem dominante dos Ouvintes como supostos detentores de uma língua superior (MOURA, 2000).

Os decretos desse congresso concluíram:

“1. Dada a superioridade incontestável da fala sobre os Sinais para reintegrar os Surdos-Mudos na vida social e para dar-lhes maior facilidade de linguagem (...) (Este congresso) declara que o método de articulação deve ter preferência sobre o de sinais na instrução e educação dos surdos e mudos.”

“2. O método oral puro deve ser preferido porque o uso simultâneo de sinais e fala tem a desvantagem de prejudicar a fala, a leitura orofacial e a precisão de ideias.” (MOURA, 2000, p. 48)

Considero estes decretos como um novo momento de asfixia instalado para as comunidades Surdas de todo o mundo. Com o intuito de unificar o processo educacional e as medidas pedagógicas aplicadas às crianças Surdas, esse congresso marcou o início de uma série

¹² Entre os procedimentos realizados, Moura (2000) cita: “*aplicar cargas elétricas nos ouvidos de Surdos, usar sanguessugas para provocar sangramentos, furar as membranas timpânicas de alunos (sendo que um deles morreu por este motivo). Fez várias experiências e publicou vários artigos sobre uma técnica especial para colocar cateteres no ouvido de pessoas com problemas auditivos, tornando-se famoso e dando nome à Sonda de Itard. Ele também fraturou o crânio de alguns alunos e infeccionou pontos atrás das orelhas deles. Nada disto funcionou e ele considerou que nada poderia ser feito por ouvidos mortos*” (p. 25)

¹³ Doutor Josef Mengele, médico nazista, trabalhou em torturas/experimentos médicos em Auschwitz.

de represálias, desencadeando a cisão ainda mais nítida entre uma comunidade Surda e outra ouvinte.

Um dos motivos é pelo fato de que tal decreto foi elaborado e sancionado por ouvintes, sem dar voz à vontade do indivíduo Surdo, desapropriando assim sua participação no próprio processo educacional. Este Congresso é uma representação de uma organização socioeducativa que perdura até hoje: a comunidade Ouvinte decidindo quanto à educação dos Surdos. Nesse sentido, é análogo ao contexto colonial, onde os nativos tinham seus costumes, sua cultura e suas tradições reduzidas a uma posição inferior à do colono, sendo este dotado de poder e suposta sabedoria.

Cabe ressaltar que o Surdo que vive em comunidade se percebe com uma história paralela, edificando assim uma compreensão coletiva análoga à construção de um **povo**, uma **nação** diferenciada. Aprofundaremos esses meandros no capítulo referente à Cultura Surda.

Paralelamente, os Estados Unidos também colaboraram para o interesse de uma instituição educacional pública e específica, no final do século XVIII e começo do XIX, com Thomas Gallaudet aliado ao Surdo Laurent Clerc.

Clerc era francês, estudou desde os doze anos de idade no Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris e se tornou um instrutor considerado brilhante (MOURA, 2000). Hoje, existe em Washington a Gallaudet University, escola de ensino superior ministrada inteiramente na Língua de Sinais americana, a ASL, para Surdos e D. A.

O contraponto à ascensão da Língua de Sinais nos Estados Unidos é a figura conhecida pela invenção do telefone: Alexander Graham Bell. Sua mãe e esposa eram Surdas, mas viviam afastadas dos Surdos por desgostarem do uso de Sinais (i.é. mostrarem-se diferente publicamente, como destaque sócio comunicativo). Apesar das melhores intenções, Bell foi um prodigioso cientista que se juntou ao viés médico e clínico sobre a Surdez, considerando-a como um desvio, uma anomalia necessária de reparos. Seu trabalho caracteriza-se principalmente pelo anseio de “dominar a Surdez” (MOURA, 2000, p. 41), colocando a Língua de Sinais como um prejuízo ao desenvolvimento do Surdo. Adepto à concepções da eugenia, Bell se contrapôs à Clerc com sua vontade de homogenia social, qualificando o ouvinte como o modelo único de ser humano.

Apesar das benfeitorias elaboradas por de L'Épée, Clerc e Gallaudet, no fim do século XVIII até o fim do século XIX, essas duas correntes (oralismo *versus* defensores da Língua de Sinais) se entrecrocaram constantemente para bater o martelo quanto à melhor forma de

processo educacional para os Surdos, perdurando assim um entrave ideológico até os nossos dias.

Os então “defensores da Língua de Sinais” foram abafados por aproximadamente oitenta anos. Somente após o evidente fracasso dos métodos puramente oralistas e com a chegada do movimento da contracultura dos anos 1960 e 1970 é que se formulou a perspectiva socioantropológica da Surdez. Pouco a pouco, a Comunicação Total e o Bilinguismo ganharam forças a ponto de legitimar uma sintaxe própria da Língua de Sinais. Assim como no instituto de de L’Epée, professores Surdos voltaram a ser reconhecidos como os melhores interlocutores dos alunos Surdos. O fiasco do oralismo apontou novos caminhos para a compreensão de um indivíduo Surdo que se constitui de modo **diferente e não deficiente**, expondo a preocupação com o desenvolvimento emocional e identitário do indivíduo Surdo.

A partir da leitura de Moura (2000) e de outros artigos, elaborei a seguinte tabela que esclarece essas duas correntes:

<u>CARACTERÍSTICAS DAS PESQUISAS EDUCATIVAS SOBRE SURDEZ</u>	
Clínico Terapêutico	Socioantropológico
<i>Pautado pela visão médica</i>	<i>Pautado por uma visão multicultural</i>
Preocupado com diagnóstico e reabilitação	Educação: defesa do Bilinguismo
<i>Orienta a atenção para a cura da deficiência auditiva</i>	<i>Reivindicação de uma cultura própria</i>
Almeja correção da fala	Língua de Sinais como garantia para estruturar a identidade
<i>Estimula treinamento de habilidades como leitura labial</i>	<i>Comunicação é TOTAL (gestos, Sinais, língua oral e escrita)</i>
Esforço para normalizar o indivíduo	Comunidade entrelaçada por meio da Língua de Sinais
<i>Norma a ser seguida: valores e comportamentos do Ouvinte</i>	<i>Valores e comportamentos ouvintes em segundo plano</i>
Diferença: negativa e representativa de um desvio, logo, uma deficiência	Reconhecimento pela diferença e não pela deficiência
<i>Principal objetivo: aprendizagem da língua Oral</i>	<i>A língua de sinais é a primeira língua do Surdo; a língua Oral é a segunda.</i>

Tabela 1 – Características das pesquisas educativas sobre Surdez – Modelos Clínico terapêutico e Socioantropológico

Basicamente, concluímos esse item de retrospectiva histórica com a compreensão de que a comunidade Surda viveu uma história paralela à nossa, que as áreas pedagógicas e clínicas fazem parte dos primeiros fundamentos de um entendimento sobre o assunto, e que, finalmente, a Língua de Sinais propulsionou um levante sócio político, elevando o debate para a própria formação de uma identidade Surda.

Abaixo, uma ilustração feita pela artista plástica Maureen Kluzsa que retrata aspectos das sequelas causadas pelas restrições da Língua de Sinais:

Tradução livre: “**A maior ironia**” / Do lado esquerdo “Bebê Surdo”. Do lado direito: “Bebê ouvinte”.

Dessa ironia, passamos para os itens seguintes que detalham as sequelas citadas.

B. DESMISTIFICANDO A REALIDADE SURDA

Nesse item, proponho que nos debrucemos sobre alguns mitos enraizados pelo senso comum sobre a realidade Surda. Formei assim um apanhado de conceitos e declarações que atravessam constantemente as primeiras impressões para o leigo sobre a temática da Surdez. Seguindo com as referências de Sacks (2010) e Moura (2000), adiciono uma perspectiva ligada à Psicologia Social. Para as considerações seguintes, esta fundamentação teórica está intimamente

ligado à leitura feita de Goffman (1978) em “Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada” e “A Construção Social da Realidade” (1973) de Berger e Luckmann.

A perspectiva sociológica vem ao encontro desse estudo pelos fatores desenvolvidos no item anterior: junto a um estigma, investiga-se concomitantemente seus alicerces balizados no seio da sociedade. Não desvirtuo a visão fenomenológica aderida no primeiro capítulo, apenas agrego conhecimento validado por outras áreas de estudo, a fim de elucidar ao leitor uma ampla compreensão do fenômeno.

• O “Surdo-Mudo”

Vivemos em uma época de ‘politicamente corretos’ que cerceiam nossas nomenclaturas para as diversas deficiências. O que antes era consenso para ‘portadores de deficiência’ passou para ‘portador de necessidades especiais’, mas ambos causavam arrepios aos que se sentiam ainda mais discriminados por carregarem literalmente o estigma. É preferível dizer ‘pessoa com deficiência’: apesar da infinita discussão de epítetos e alcunhas, é nessa composição do vernáculo que o estigma se dissolve com a palavra ‘pessoa’.

Ao mencionar a Surdez em ocasiões não formais, persiste o mito do “Surdo-Mudo”. Como vimos na retrospectiva histórica do item acima, esse termo era comumente utilizado. Porém, com a valorização da Língua de Sinais, a qualidade “mudo” foi anulada: o Surdo tem voz, basta estimulá-la; o Surdo se comunica com as mãos, não é ausente de fala.

De fato, é uma aberração nos nossos dias sequer relacionar a Surdez com o mutismo, pelo tamanho da inconsistência revelada. A não ser em raros casos de ausência das cordas vocais, o mutismo é geralmente um sintoma que se dá ora por questões psicológicas (o mutismo seletivo em crianças), ora por questões neurológicas (como nos casos de afasias). Se estimulado com fonoaudiologia, o Surdo tem o potencial de falar com clareza e total articulação. É relativo apenas da habilidade de cada indivíduo. Existem aqueles que podem passar uma vida inteira e sua voz não pronunciará adequadamente os fonemas que ele não consegue escutar. A grande maioria possui uma fala fanha. Não obstante, uma parcela é capaz de se fazer passar por ouvinte a partir de suas aptidões de leitura orofacial e de clareza fonética, adequando assim expressividade e bom timbre.

Sendo assim, o primeiro mito a ser desconstruído é a relação entre o Surdo e a “não fala”, já que a Língua de Sinais denota de uma expressividade que não se fundamenta nas vibrações do ar pelas pregas vocais.

• Língua de Sinais não é universal

Para o espanto de muitos, a Língua de Sinais não é universal. Curiosa essa afirmação: tanto o mito quanto o espanto demonstram o quanto a Língua de Sinais é ignorada por nós, ouvintes. A primeira reação daquele que descobre esse fato, replica a falta de destreza da comunidade Surda que não universalizou seus sinais! Parece-lhe infundado que os Surdos do globo terrestre não tenham entrado em um acordo linguístico que possa unir suas forças por meio de uma língua única de sinais.

Pois bem, refletindo a mesma problemática para o campo dos que falam: qual é a nossa adesão ao Esperanto, língua planejada para unificar todas as nações em um único sistema de vernáculo? Não caímos todos da Torre de Babel com a mesma gravidade, segregando-nos em sociedades distintas, elaborando diversos regionalismos, desenvolvendo nossa língua com nossa cultura, através dos séculos, até as mais sagazes gírias? Porque haveria de ser diferente com a Língua de Sinais?

“(...) os surdos criam línguas de sinais onde quer que haja comunidades de surdos; para eles, esse é o modo de comunicação mais fácil e natural” (SACKS, 2010, p. 31).

O mesmo se aplica na medida em que cada comunidade irá significar aquilo que poderá atribuir valor, logo, sentido. A construção de um sinal dentro de uma casa, de um bairro, de uma escola, de uma cidade; entre os Surdos paulistas, cariocas e baianos existem mostras de gírias variadas. Nos demais países, alguns alfabetos sinalizados são muito similares, mas os sinais se distinguem inevitavelmente. O que resta a elucidar é o benefício de um sistema de comunicação que não depende da fala e sim do corpo. No caso de um encontro entre Surdos provenientes da Rússia, da China, do Brasil e da Alemanha, poderemos encontrá-los trocando as mais diversas opiniões, seja sobre histórias pessoais até política, em questão de três dias, como se sempre tivessem partilhado da mesma língua. O contraponto com a comunidade ouvinte é fatalmente impossível: podemos passar o tempo de uma vida estudando o russo, o chinês e o alemão que, nossa pronúncia e nossa habilidade linguística, muito dificilmente irão atingir o grau de experiência necessário para elaborar nossas opiniões.

• O Surdo sabe ler e significar a língua oral

Quando pensamos na cegueira, somos tomados por uma sensação de desamparo que logo atribuímos às necessidades de uma pessoa com deficiência visual. Pensamos nas suas restrições de mobilidade por conta do campo visual anulado; na autonomia fragilizada pela mobilidade restrita; nas limitações das atividades de lazer como a televisão, o cinema, exposições e teatro, atividades que atribuímos um imenso valor na nossa cultura. Considerando o senso-

comum da vida de um Surdo, rapidamente chegamos ao julgamento de que suas limitações são facilmente contornáveis pelo simples fato de que a visão é o sentido mais valorizado de todos. Constata-se também, na mesma sequência lógica, de que visão e leitura são sinônimos: se o Surdo enxerga, ele lê; se lê, compreende.

Cito [grifos meus]:

“Ao pensarem sobre a surdez, quando chegam a pensar, as pessoas tendem a considerá-la menos grave do que a cegueira, a vê-la como uma desvantagem, um incômodo ou uma invalidez, quase nunca como algo devastador num sentido radical. Pode-se debater se a surdez é ou não “preferível” à cegueira quando adquirida não muito cedo na vida; **mas nascer surdo é infinitamente mais grave do que nascer cego pelo menos de forma potencial**. Isso porque os que têm surdez pré-linguística, incapazes de ouvir seus pais, correm o risco de ficar seriamente atrasados, quando não permanentemente deficientes, na compreensão da língua, a menos que se tomem providências eficazes com toda a presteza. **E ser deficiente na linguagem, para um ser humano, é uma das calamidades mais terríveis, porque é apenas por meio da língua que entramos plenamente em nosso estado e cultura humanos**” (SACKS, 2010, p. 19)

Ou seja, para além da perda dos sentidos, tanto o cego como o Surdo compensam sua orientação espacial e social a partir de manejos adaptativos. O que destaca o comprometimento do potencial prejuízo para o Surdo está no isolamento linguístico, em que o cego está salvo por integrar a língua oral circundante sem empecilhos.

Junto a isso, outro mito: o Surdo precisa *aprender* a língua oral, da mesma forma que nós um dia fomos aprender uma língua estrangeira. Se seus ouvidos jamais receberam a invasão sonora das palavras, como as letras impressas no papel podem lhe significar sentido? A ausência do sentido da audição e a presença do sentido da visão não equacionam para uma leitura funcional completa, em que se compreende o significado de todo o vernáculo. Aqui reside uma das maiores polêmicas no que diz respeito à educação e alfabetização das crianças surdas, principalmente na regência das técnicas para oralizá-las.

Logo, desmistificamos o fato de que o Surdo se beneficia da sua visão com a companhia da literatura escrita: para tal, é necessário **aprender e apreender o sentido do português**; é necessário ensinar-lhe o significado semântico das palavras. Daqui também emergem pesquisas que investigam as variáveis de interpretação e compreensão de texto. Deve-se explicar-lhes que cada letra corresponde a um fonema e que fonema é este. Que fonemas articulados formam palavras e que palavra é essa. Que palavras sequenciadas formam frases e o que significa aquela frase. E assim por diante, o desafio do ensino da língua oral passa concomitantemente pelo desafio da alfabetização. Por isso defende-se o sistema bilíngue como único capaz de eficientemente ensinar ao Surdo o português através da Libras.

- **O Surdo é o “deficiente que mais se segrega”**

Essa afirmação também provém da opinião pública sobre o indivíduo Surdo que se isola. Encontrei a declaração ilustrativa de mais um fator de risco para a inclusão efetiva da pessoa com deficiência auditiva.

A leitura de Goffman (1978) foi realmente basal na medida em que permitiu apurar minha perspectiva como pesquisadora de uma ‘minoría’ ou de um ‘grupo estigmatizado’ como parte integral de uma sociedade que produz o estigma. Ou seja, apenas o encontro e a troca direta entre “normais” e “estigmatizados” poderá proporcionar uma “situação social” (dito como “*contatos mistos*”) em que ambos saberão causas e efeitos do estigma. Caso contrário, o estigmatizado (no caso, o *desacreditado*) privado de interação social estará sujeito a inseguranças maiores [grifos meus]:

“Faltando o *feedback* saudável do intercâmbio social cotidiano com os outros, a pessoa que se auto-isola **possivelmente torna-se desconfiada, deprimida, hostil, ansiosa e confusa.**” (p. 22)

“Quando normais e estigmatizados realmente se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam manter uma conversação, ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia porque, em muitos casos, **esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão as causas e efeitos do estigma.**” (GOFFMAN, 1978, p. 23)

Sendo assim, nos ‘contatos mistos’, os normais também se angustiam ao lidar com o estigma e acabam agindo de modo negativo, excessivo ou indiferente. No que se refere à aceitação do Surdo, muito já foi elaborado sobre essa condição de inexistência por conta do déficit comunicativo. Se estabelece assim a dicotomia formadora do contato misto entre Surdos e ouvintes.

C. SER COM ESTIGMA

Fato é que a prática da Inclusão Especial nas escolas e, conseqüentemente, na sociedade, está obsoleta e equivocada na sua base. A verdadeira deficiência está na sensibilidade de políticas de inclusão a esses indivíduos que são seres humanos além do estigma. Não é por acaso que Goffman (1978) ao pensar a estruturação de um mundo socialmente crítico dedica um livro à questão do “Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada”. Neste livro encontramos conceitos que trazem à luz certos automatismos cotidianos ao lidar com aquele que é diferente da ‘norma’.

No capítulo acerca do “Eu e seu Outro”, o autor revela que nada é “em si” quando nos referimos à estigmatização do sujeito. Tudo existe apenas em relação à, e dentro de um contexto

e circunstâncias específicas. O estigmatizado não possui uma deficiência “em si”, uma incapacidade absoluta. Logo, esta consideração abre as portas para um momento de superação e elaboração da totalidade humana que constitui o sujeito [grifos meus]:

“Já que seu mal não é nada em si mesmo, ele não deveria envergonhar-se dele ou de outro que o têm; nem se comprometer a ocultá-lo. Por outro lado, por meio de um esforço árduo de autotreinamento persistente, ele deveria preencher os padrões comuns tão completamente quanto possível, detendo-se apenas quando surge a questão da normificação (...). **Ao contrário, deveria cultivar um modo de ser alegre e espontâneo. Disso se segue, logicamente, uma fórmula para tratar os normais.** As habilidades que o indivíduo estigmatizado adquire ao lidar com a situação social mista deveriam ajudar aos outros que se encontram nela” (GOFFMAN, 1978, p. 126-127).

A lição apreendida por Goffman está no processo inverso: é a sociedade ‘normal’ que tem uma falta e é deficiente. Nossos esforços devem estar voltados para essa maioria esmagadora que contribui com a marginalização do diferente, do desconhecido, do “desadequado”. Em relação a quem? A quê?

“A diferença, em si, deriva da sociedade, porque, em geral, antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceitualizada pela sociedade como um todo” (*ibidem*, p. 134).

Compreendemos também que a visibilidade do estigma é um fator crucial na medida em que corresponde ao primeiro reconhecimento do indivíduo estigmatizado. Diferentemente de uma pessoa com deficiência visual, paralisia ou outra “deficiência”, o Surdo e qualquer D. A. são geralmente imperceptíveis quando estão sozinhos; logo, dependem da **instrução** sobre o estigma e da **intrusão** dos “normais” que o acompanham para que sejam identificados como tais.

Ainda se propondo a costurar os elementos que compõem a constituição e dinâmica entre identidade social e pessoal, Goffman discorre a respeito da noção de **unicidade** que poderá definir os aspectos da singularidade dentro de sua condição social. Podemos inferir que, para o Surdo, sua identidade pessoal não pode ser finalizada pessoalmente, uma vez que sua identidade social e pessoal só pode ser confirmada dentro de um contexto social e expressa dentro de outro campo simbólico que não o verbo (GOFFMAN, 1978, p. 72).

Ou seja, o importante é ressaltar que a especificidade do Surdo se dá pela sua diferenciação linguística, logo o que está em jogo é o seu poder de comunicação com a sociedade, em sua maioria leiga no que significa a Língua de Sinais. Uma vez que o Surdo se vê privado de seu poder de expressão pela ineficiência do mesmo, sua identidade social é anulada e sua identidade pessoal se deteriora.

O interlocutor apenas saberá que o Surdo é surdo ao estabelecer contato direto e interação comunicativa. Sendo assim, para um indivíduo *desacreditável*, a revelação da informação encoberta ou oculta leva a danos sociais que prejudicarão sua identidade pessoal:

“A descoberta prejudica não só a situação social corrente mas ainda as relações sociais estabelecidas (...). O estigma e os esforços para escondê-lo ou consertá-lo fixam-se como parte da identidade pessoal” (*ibidem*, p. 76).

No que se refere à aprendizagem, o encobrimento consiste em superar as primeiras etapas do processo de aprendizagem do estigmatizado, sendo assim uma nova perspectiva. Ou seja, consideramos a partir dessa afirmação que o próprio processo educacional está fadado ao fracasso caso o encobrimento se sobreponha ao desempenho escolar e suas possibilidades prospectivas. Ignorou-se até então o quanto a força de adaptação dos métodos e técnicas normativas podem influenciar na constituição do sujeito Surdo. Pouco a pouco, e de modo violento, o Surdo se vê em posição passiva sobre seu processo de aprendizado e seu modo de comportar-se, logo, de encobrir-se.

Sendo assim, constantemente frustrada e desamparada, sua aprendizagem centraliza-se na apropriação do estigma e limita sua capacidade e potencial:

“Anteriormente foram sugeridas duas fases no processo de aprendizagem da pessoa estigmatizada: a aprendizagem do ponto de vista dos normais e a aprendizagem de que, segundo ele, ela está desqualificada. Presume-se que a próxima fase na aprendizagem de como lidar com o tratamento que os outros dão ao tipo de pessoas que ele demonstra ser. Minha preocupação, agora, é com uma fase mais posterior, ou seja, a aprendizagem do encobrimento” (*ibidem*, p. 92).

Goffman então se dedica em compreender as chamadas ‘técnicas adaptativas’, os meios que os estigmatizados possuem para se fazer valer em espaços e contextos diversos, tentando não se fazer percebidos, mas que podem trazer injúrias e prejuízos em diferentes situações. Assim como qualquer técnica, são medidas que tendem a ser eficientes e que procuram sistematizar determinado comportamento. Por outro lado, estão sujeitas a interpretações diversas que podem modificar a intenção original e levar a equívocos sociais. Muito podemos encontrar na revisão literária que descreve o comportamento do indivíduo D. A. ou Surdo como um sujeito agressivo ou distraído, com tendência insolente ou indisciplinado. O autor chega a especificar o caso em dois exemplos [grifos meus]:

“Seus esforços para esconder certas incapacidades o levam a revelar outras ou a dar a impressão de fazê-lo: relaxamento, como quando uma pessoa cega que finge ver tropeça num banquinho ou derrama bebida na camisa; **falta de atenção, teimosia, acanhamento, ou distância, como quando uma pessoa que não escuta não responde a alguma observação feita por alguém que ignora a sua deficiência**; sonolência, como quando um professor atribui um ataque epiléptico de *petit mal* num aluno a um devaneio espontâneo. Embriaguez, como quando um

homem que sofre de paralisia cerebral descobre que sua maneira de andar é sempre mal interpretada” (*ibidem*, p. 95).

“De maneira semelhante, **uma pessoa que tem dificuldades auditivas pode, intencionalmente, burilar a sua conduta para dar aos outros a impressão de ser uma sonhadora, uma pessoa distraída, indiferente, que fica facilmente enfasiada** – ou mesmo de alguém que se sente deprimido, ou que ronca e que, portanto, não pode responder a perguntas em voz baixa já que está, evidentemente, adormecido. Esses traços de caráter dão conta da falta de audição sem imputá-la à surdez” (*ibidem*, p. 106).

Ou seja, a pessoa Surda ou D. A. pode equivocadamente ser associada a uma pessoa de má índole, por não responder a chamados; distraída ao não focar a atenção em algo que está sendo dito; entre outros atributos que são genericamente formulados a partir de uma percepção errônea e/ou superficial.

Ser com o estigma pertence à história de vida do Surdo que, desde cedo, tenta esconder ou consertar a sua deficiência/diferença. A citação de Goffman determina que esses esforços ficam impressos na identidade desse indivíduo estigmatizado. Compreendemos assim que essa vivência também se traduz no modo de ser Surdo, afinal reforçará a imagem desconfiada e/ou insolente dessa população, embora cada Surdo vivencie de modo singular o estigma atribuído pela sociedade normativa¹⁴.

D. SER JUNTO AO INTÉRPRETE

Ainda no que diz respeito ao “Controle de Informação” e “Identidade Pessoal”, Goffman se dedica a compreender o papel dos “Outros como Biógrafos”. Traçamos assim um paralelo ao **outro como biógrafo** e o **intérprete**: representam aqueles que reconhecerão o indivíduo seja de modo cognitivo ou social, e estabelecerão com ele um vínculo de cumprimento **ou simples comunicação**:

“(…) o reconhecimento cognitivo é apenas um ato de percepção, enquanto que o reconhecimento social é a parte desempenhada por um indivíduo numa cerimônia de comunicação” (*ibidem*, p. 79).

O que isso nos aporta conceitualmente? Que o Surdo está diretamente vinculado àquele que o compreende e pode estabelecer uma troca perceptiva e de simples transmissão

¹⁴ Emmanuelle Laborit, Surda, relata: “A surdez é a única ‘deficiência’ que não se enxerga. A gente vê pessoas em cadeiras de rodas, a gente vê alguém cego, ou aleijado, mas a gente não vê a surdez, então os outros sonham em apagá-la, já que ela não é visível. Eles não entendem os surdos não têm vontade de escutar. Eles nos querem parecidos com eles, com os mesmos desejos, logo as mesmas frustrações. Eles querem cobrir uma falta que nós não temos.” (2003, p. 96)

comunicativa. O intérprete possibilitará de modo empírico a relação entre o deficiente auditivo e aqueles que são simbolicamente cegos aos seus Sinais.

A divisão dos espaços em que o *desacreditável* passa a frequentar é um modo de controle da movimentação do indivíduo, onde ele é aceito e onde ele sabe que não é aceito, segundo sua identidade social e pessoal. No que diz respeito ao Surdo, isso se apresenta na medida em que sua autonomia é delimitada pelo poder comunicar-se. Cada um teve o processo fonoaudiológico e pedagógico para buscar um mínimo de independência: oralizados e estimulados desde cedo a falar, ainda assim os espaços se dividem entre aqueles que estão aptos a recebê-lo ou não.

A relevância dessa receptividade está justamente na apresentação das diferentes facetas da subjetividade Surda e o modo em que o indivíduo Surdo fará sua erupção social. Compreender o papel do intérprete é o patamar intermediário para abarcarmos a vivência Surda. Além de representar sua voz e sua compreensão da situação social, o intérprete também determina sua mobilidade dentro dos demais espaços sociais:

“Assim como o mundo de alguém está espacialmente dividido por sua identidade social, ele também está por sua identidade pessoal. (...) O fato de ser ou não embaraçoso para sua identidade pessoal estar num lugar em que, por incidente, ele é pessoalmente conhecido, é algo que irá variar, é claro, segundo as circunstâncias, sobretudo **segundo a pessoa que o acompanha**” (*ibidem*, p. 94).

A essa questão, associamos ao campo da acessibilidade, qualidade dos espaços e ambientes onde é possível chegar, e conseqüentemente, **estar**.

Indagamos sobre a presença do intérprete: seria ela difundida nos serviços públicos, nos espaços comerciais ou simplesmente noticiada? Qual a proximidade entre ouvintes e Surdos comumente? Não seria o intérprete, a partir dessa situação social, um acompanhante tão extraordinário quanto a própria presença do Surdo? Aspectos como esses são levantados tanto para efeito de retórica quanto para centrarmos nossa reflexão a respeito.

Sendo assim, Goffman se debruça sobre a posição e o lugar ocupado pelos ‘*informados*’, assim como sua relação aos estigmatizados. Possivelmente, os ‘*informados*’ são aqueles que, cientes das dificuldades dos estigmatizados, detêm o poder de ampará-los e inseri-los dentro do contexto social “normal”, seja por familiaridade com seu problema ou decorrente de uma história de vida dedicada às essas pessoas. ‘*Informados*’, no âmbito dessa pesquisa, correspondem ao papel do intérprete ou dos parentes do Surdo, logo, aqueles que o acompanham. Por outro lado, o autor aponta o quanto pode ser ameaçador ter o poder de reconhecê-los e retirá-los de seu anonimato e encobrimento [grifos meus]:

“A presença de companheiros de sofrimento (ou de ‘*informados*’) introduz um conjunto especial de contingências relativas ao encobrimento, já que as mesmas técnicas usadas para esconder estigmas podem revelar o segredo a alguém que

esteja familiarizado com as manhas do ofício, supondo-se que basta uma pessoa (ou seu círculo mais chegado) para reconhecer o estigma.

(...) Como sugere Wright:

' (...) Assim, o indivíduo que tem dificuldades de audição e luta para esconder esse defeito sente-se incomodado pela velha mulher que coloca as mãos em concha atrás da orelha. A ostentação da incapacidade é, para ele, uma ameaça porque leva à culpa por haver desdenhado a sua própria pertinência ao grupo, assim como à possibilidade de sua própria revelação' (ibidem, p. 97).

A todo momento e de modo iminente, o sujeito Surdo que se esforça para mostrar-se como os demais (ouvintes), pode ser flagrado por alguma artimanha de encobrimento, seja por vergonha ou falta de elaboração sobre a própria identidade. Por um lado, através do “informado” o estigmatizado *desacreditável* poderá fazer uso positivo para se inserir socialmente, como é o caso do intérprete que estabelecerá uma **comunicação sem equívocos**. Em contrapartida, sua constante presença pode representar ao Surdo uma impressão ‘protetora’, mais uma vez demarcando as fronteiras de sua autonomia.

Mais adiante, Goffman procura compreender as diferentes técnicas sociais e dinâmicas que influenciam a real e natural adaptação do sujeito na sociedade. “Etiqueta” e “mecânica da comunicação” são os dois determinantes de interferência para localizar um indivíduo estigmatizado, seja pelo motivo que for. No caso do Surdo, os dois fatores são cruciais para a constituição de identidade, por representarem as causas de maiores sofrimentos de adaptação no meio ouvinte [grifos meus]:

*“Como já foi sugerido, qualquer coisa que interfira diretamente na etiqueta e na mecânica da comunicação interfere constantemente na interação, e é difícil deixar, com sinceridade, de prestar atenção a ela. (...) **Por exemplo, as pessoas que têm dificuldades auditivas aprendem a falar no tom que os ouvintes consideram apropriado para a situação, e também a enfrentar logo os momentos críticos durante a interação que exigem especificamente uma boa audição se se deseja manter as boas maneiras**” (ibidem, p. 115).*

Pensar a ambivalência da identidade do indivíduo estigmatizado significa **considerar o esforço de adaptação do sujeito em penetrar na esfera dos normais**, ao passo que estes já lançam sobre ele uma série de expectativas. O esforço do Surdo em adaptar-se representa o aprendizado de uma língua que não é a sua, tanto oral como escrita, um raciocínio e uma lógica que não lhe são naturais.

Sendo assim, em termos psíquicos, podemos perceber que essa interação ‘falseada’ é determinante para a subjetividade de quem já não tem mais espaço íntimo no contexto social; de certo modo, ele responde às expectativas, respeita os códigos de condutas e sua privacidade está

aberta a quem está ‘informado’ ou familiarizado a respeito de seu estigma. É imaginar que todos estão habituados com o que te diz respeito no teu íntimo, mas ninguém se dedica à troca de uma relação horizontal. Constantemente, o Surdo está à deriva de discussões e conversas, mas é colocado como centro de estudo (experimental e acadêmico) e objeto coletivo, sistematicamente [grifos meus]:

“Nesse ponto, **o mais privado e embaraçoso é o mais coletivo**, porque os sentimentos mais profundos do indivíduo estigmatizado são feitos do mesmo material que os membros de sua categoria apresentam numa versão escrita ou oral bastante fluente.” (*ibidem*, p. 123)

“O indivíduo estigmatizado, assim, **se vê numa arena de argumentos e discussões detalhados referentes ao que ele deveria pensar de si mesmo, ou seja, à identidade de seu eu.**” (*ibidem*, p. 135-136)

Finalmente, é importante ressaltar que nada é “em si” quando nos referimos à estigmatização do sujeito. Tudo apenas existe em relação à, e dentro de um contexto e circunstâncias específicas. O estigmatizado não possui uma deficiência “em si”, uma incapacidade absoluta. Logo, esta consideração abre as portas para um momento de superação e elaboração da totalidade humana que constitui o sujeito. No que se refere a essa pesquisa, não podemos falar de “Surdez em si” ou “falta em si” na medida em que essa nomenclatura só se dá em poder de comparação com os ouvintes. As técnicas e métodos de “normalização” com o mundo predominantemente ouvinte pertence a um esforço adaptativo válido e legítimo, mas insuficiente para a constituição de uma identidade tanto pessoal quanto social. O Surdo não deve esconder-se por trás de seu estigma e tampouco escondê-lo. Goffman explicita esse conceito com excelência argumentativa [grifos meus]:

“Já que seu mal não é nada em si mesmo, ele não deveria envergonhar-se dele ou de outro que o têm; nem se comprometer a ocultá-lo. (...) Ao contrário, deveria cultivar um modo de ser alegre e espontâneo. Disso se segue, logicamente, uma fórmula para tratar os normais. **As habilidades que o indivíduo estigmatizado adquire ao lidar com a situação social mista deveriam ajudar aos outros que se encontram nela.**” (*ibidem*, p. 126-127)

“**A diferença, em si, deriva da sociedade, porque, em geral, antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceitualizada pela sociedade como um todo.**” (*ibidem*, p. 134)

Logo, todo esse relatório permite direcionar o olhar do compromisso com a mudança de perspectiva sobre o estigma. Não é na compreensão do desvio que as trocas sociais se elucidarão ou se manejarão com mais eficiência e pró-atividade; é a norma que deve ser revisada, no caso, o comportamento e a atitude ouvinte em relação ao Surdo:

O resultado é a identificação dos complexos 'normóides' e estigmatizados, colocando-os no mesmo patamar social. De fato, os normais estão à mercê de inúmeras outras patologias encobertas que não são caracterizadas como estigma, mas como anormalidades. Sendo assim, a produção de estigmas dentro da sociedade não corresponde ao que está na sua margem e sim, ao que pertence ao seu núcleo: não há perfeição na conceituação do que é "normal", logo por que haveria definição na criação de um estigma?

"Deve-se ver, então que a manipulação do estigma é uma característica geral da sociedade, um processo que ocorre sempre que há normas de identidade. (...) **Pode-se, portanto, suspeitar de que o papel dos normais e o papel dos estigmatizados são parte do mesmo complexo, recortes do mesmo tecido-padrão.**" (*ibidem*, p. 141-142).

"O estigmatizado e o normal são parte um do outro; se alguém se pode mostrar vulnerável, outros também o podem." (*ibidem*, p. 146)

A partir dessas considerações, o fechamento para a obra de Goffman representa uma reviravolta dos paradigmas sociais em classificar e alocar os estigmatizados à deriva da sociedade. Sendo lados da mesma moeda e equiparando a singularidade de cada um com os mesmos processos de construção da identidade, as vivências Surda e ouvinte se mostram mais similares do que se poderia imaginar.

E. SER EM SINAIS

Ainda sob o viés sociológico do que significa pertencer e incorporar essa sociedade que estipula estigmas e técnicas adaptativas, passamos para o que Berger e Luckmann (1973) conceberam como o processo de aprendizagem do indivíduo sobre as relações sociais. Os autores expõem o processo dialético em que a criança, no decorrer de sua primeira infância, apreende a base transmitida pelo seu entorno como realidade. Ou seja, por meio dos laços da afetividade da criança em relação aos seus primeiros educadores e responsáveis, esta poderá incorporar uma identidade (apropriada e subjetiva) e o que significa o mundo (atribuído e objetivo). Tal estruturação primária é, segundo os autores, sólida a ponto de completar o horizonte da criança.

Assim, coloca-se a função determinante da **linguagem** como mediadora de localização dentro dessa realidade, onde a base das identificações está ligada a uma 'nomenclatura'. Estas afirmações são uma contribuição fundamental para **compreender a Libras como mediadora da realidade subjetiva do Surdo**. Percebemos que o processo de interiorização por uma via não verbal é uma particularidade que deve ser levada em conta para um entendimento íntegro do universo sócio subjetivo do Surdo.

Os autores evidenciam esse processo em diversos trechos, dentre os quais [grifos meus]:

“A criança aprende que é aquilo que é chamada. Todo nome implica uma nomenclatura, que por sua vez implica uma localização social determinada. Receber uma identidade implica na atribuição de um lugar específico no mundo. Como esta identidade é subjetivamente apreendida pela criança (“eu sou John Smith”), o mesmo se dá com o mundo para o qual esta identidade aponta.” (p. 177-178)

“Aquilo que é real ‘fora’ corresponde ao que é real ‘dentro’. A realidade objetiva pode ser facilmente traduzida em realidade subjetiva, e vice-versa. **A linguagem evidentemente é o principal veículo deste progressivo processo de tradução em ambas as direções.** (p. 179)

“Os conteúdos específicos que são interiorizados na socialização primária variam naturalmente de sociedade para sociedade. Alguns encontram-se em toda parte. **É a linguagem que tem de ser interiorizada acima de tudo. Com a linguagem, e por meio dela, vários esquemas motivacionais e interpretativos são interiorizados com valor institucional definido (...)**” (BERGER e LUCKMAN, 1973, p. 181)

Pensemos um pouco o que nos trazem as frases grifadas acima: compreendemos que a linguagem representa o fundamento pelo qual o indivíduo irá estabelecer relação com o mundo e, conseqüentemente e de modo dialético, poderá constituir o que lhe diz respeito internamente. No que se refere à primeira infância e a incorporação da realidade de uma criança Surda, devemos abranger sua língua adquirida naturalmente: a Língua de Sinais. Porém, é de comum acordo que a maioria dessas crianças se encontra em situação de desamparo ao ser desconsiderada na sua especificidade linguística e forçada aos preceitos do oralismo.

Uma vez **apreendida**, a realidade assume duas modalidades: a conservação rotineira e a crítica. A primeira se caracteriza como essência institucional, através da vida cotidiana; a segunda se constitui por processos de confiança e coerência com a realidade interiorizada. Sendo assim, ambas contribuem para o desenvolvimento da identidade:

“Para conservar a confiança de que é na verdade a pessoa que pensa que é, o indivíduo necessita não somente a confirmação implícita desta identidade, que mesmo os contactos diários casuais poderiam fornecer, mas a confirmação explícita e carregada de emoção que lhe é outorgada pelos outros significantes para ele.” (*ibidem*, p. 200)

Ou seja, por ‘confirmação explícita’ compreendemos que se trata aqui de uma fala, uma comunicação expressa, algo que se transmita ao indivíduo explicitamente. No contexto da formação da identidade daquele que não pode escutar e para quem as palavras orais pouco poderão lhe significar emocionalmente, enfatizo a extrema importância dos **Sinais como via de acesso e troca do sujeito Surdo**. A ausência disto resultará em uma realidade confirmada e conservada de modo inautêntico, afetando a identidade assim como seu contexto e poder de atuação no mundo.

Os autores vão além: discorrem dos malefícios de uma identidade ‘negativa’ e suas repercussões na confirmação da realidade e sua situação social [grifos meus]:

“**O veículo mais importante da conservação da realidade é a conversa.** Pode-se considerar a vida cotidiana do indivíduo em termos do funcionamento de um aparelho de conversa, que continuamente mantém, modifica e reconstrói sua realidade subjetiva.” (*ibidem*, p. 202)

“Ao mesmo tempo que o aparelho da conversa mantém continuamente a realidade, também continuamente a modifica. Certos pontos são abandonados e outros acrescentados, enfraquecendo alguns setores daquilo que ainda é considerado como evidente e reforçando outros. **Assim, a realidade subjetiva de uma coisa da qual nunca se fala torna-se vacilante.**” (*ibidem*, p. 203)

Os autores elaboram a partir dessas afirmações que ‘a troca de palavras confirma a realidade subjetiva desse mundo’ (p. 203). De fato, ao substituir ‘palavras’ por Libras poderíamos cercear a confirmação da realidade subjetiva do Surdo dentro de sua situação social e como estrutura de sua identidade.

Sobre esses mesmos aspectos, dizem [grifos meus]:

“Esta força geradora de realidade, possuída pela conversa, é dada já no fato da objetivação lingüística. Vimos como a linguagem objetiva do mundo, transformando o *pantha rhei* da experiência em uma ordem coerente. **No estabelecimento desta ordem a linguagem realiza um mundo, no duplo sentido de apreendê-lo e produzi-lo.** (...) Na conversa as objetivações da linguagem tornam-se objetos da consciência individual. Assim, o fato fundamental conservador da realidade é o uso contínuo da mesma língua para objetivar a experiência biográfica reveladora. **Em sentido mais amplo, todos os que empregam a mesma língua são mantenedores da realidade.**” (*ibidem*, p. 204)

Grosso modo, o pensamento sociológico aqui expresso converge com o pensamento de Flusser colocado no primeiro capítulo da presente investigação. A conversação é, forma e cria realidade, seja no contexto filosófico ou no contexto estrutural do desenvolvimento infantil.

O conceito de auto-apreensão está intimamente ligado à comunidade, estabelecendo assim a diferença entre o que se torna visível e o que permanece *encoberto* (GOFFMAN, 1978). Sobretudo no caso da deficiência auditiva que é invisível (apenas nos deparamos com a Surdez no momento em que interagimos com o indivíduo) notamos a solidez de um estigma no âmbito subjetivo:

“Como o indivíduo em sua consciência atribui condição privilegiada às definições da realidade e de si mesmo dadas pela colônia, acontece a ruptura entre sua conduta “visível” na comunidade maior e sua auto-identificação “invisível” como alguém completamente diferente. Em outras palavras, aparece a clivagem entre “aparência” e “realidade” na auto-apreensão do indivíduo. Já então não é mais aquilo que se propõe que seja.” (*ibidem*, p. 220)

Clivagem é um termo que parece encostar-se ao centro da dificuldade relativa à identidade do Surdo: substantivo feminino sinônimo de “*divisão, fragmentação, distinção entre dois grupos segundo certos critérios*” (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2012). Atribuímos a esses “dois grupos” o convívio com ouvintes e, em contraposição, o convívio com Surdos.

Em um artigo intitulado “Língua(gem) e identidade: a surdez em questão” (GESUELI, 2006), que discorre acerca da primazia da Língua de Sinais sobre a língua oral na alfabetização e educação da criança Surda, o termo clivagem se confirma: “*Enfim, podemos considerar a possibilidade de múltiplas identidades surdas, ou seja, elas são heterogêneas e apresentam diferentes facetas.*”

No caso das crianças Surdas, em que a porcentagem destas é de, aproximadamente, 90% filhas de pais ouvintes¹⁵, estamos diante um conflito essencial que relaciona todos esses fatores, desde objetivos até as subjetivos, desde processos de socialização até a constituição e construção da identidade. O crucial está na divergência colocada a partir da socialização primária, base estrutural já mencionada aqui para o bom relacionamento e poder de transformação vindouro:

“Quando mundos intensamente discordantes são transmitidos na socialização primária o indivíduo defronta-se com a escolha de identidades delineadas apreendidas por ele como autênticas possibilidades biográficas. (...) Em outras palavras, pode haver uma assimetria socialmente escondida entre a biografia ‘pública’ e a ‘privada’.” (*ibidem*, p. 224)

No que diz respeito ao cerne dessa pesquisa, compreendemos aí a demanda para a atuação terapêutica e compreensão ontológica de um sujeito que participa e se relaciona com uma sociedade heterogênea, no caso, o próprio âmbito doméstico. Sendo assim, deduzimos que a Língua de Sinais colabora para que a “possibilidade biográfica” do indivíduo Surdo estruture uma identidade coesa. Cabe ressaltar que não é todo Surdo que se identifica plenamente com a Língua de Sinais, e por isso pode estar duplamente rejeitado pelas comunidades Surda e ouvinte.

F. CONCLUSÃO

Ficou evidente que a construção teórica desse segundo capítulo navegou por mares de conhecimento fundamentalmente distintos da argumentação fenomenológica do primeiro capítulo. Volto a dizer que essas encruzilhadas acadêmicas não me assustam a ponto de restringir a

¹⁵ Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS em 2009

redação do presente trabalho: como parte de um estudo essencialmente interdisciplinar, arrisco essa mescla a fim de retalhar ao máximo a temática. O que devemos reter dos itens acima é: 1. Referir-se à Surdez implica conhecer e reconhecer um processo sócio histórico importante e pouco explorado; 2. O senso comum é o primeiro obstáculo para uma compreensão digna da singularidade Surda; 3. Inevitavelmente, o Surdo estará associado a um estigma que influencia dialeticamente o seu entorno social, explicitando mecanismos e técnicas adaptativas; 4. Simplesmente estar no mundo não é possível para o Surdo, que desde cedo se vê emparelhado a outro ser, o intérprete; 5. A Língua de Sinais representa o último estágio do processo de ensino-aprendizagem de linguagem, como estrutura de pensamento interno e externo.

Sendo assim, passamos ao terceiro capítulo “Cultura Surda”, acerca dos laços que atam os nós entre qualquer Surdo e que, particularmente, me coloca em estado de admiração e fascínio.

III. Cultura Surda

THAT DEAF GUY

(Tradução livre) AQUELE CARA SURDO

“Você sente falta de conseguir ouvir?”

“Não, você sente falta de ser Surdo?”

“Não, eu nunca fui Surdo!” “Oh! Entendi!”

Por Matt e Kay Daigle

A Cultura Surda pertence à realidade Surda, embora nem toda realidade Surda pertença à Cultura Surda. Isso acontece na medida em que, no decorrer da história familiar e educacional vivida de modo singular, formam-se identidades distintas para cada Surdo. As influências de cada família, cada escola, cada trauma e experiência dos dois espaços determinam as possibilidades de identificação do sujeito Surdo com ouvintes ou com sujeitos Surdos. Em um primeiro momento, resalta-se o fato de que não é uma escolha binária: o verdadeiro aprendizado está na convivência e comunicação livre entre ambas as comunidades linguísticas. Em um segundo momento, destaca-se o espectro de valores aderidos entre uma polaridade e outra: o acontecer de uma vida é feito de mudanças e reviravoltas significativas, atenuando ainda mais essa aparente dicotomia. Pouco a pouco, integram-se na vida do Surdo ambas as possibilidades e o seu recorte singular de cada uma (seja do universo da língua oral ou da língua sinalizada).

Sendo assim, salientamos o fato de que não é uma adesão simples à Cultura Surda. A segregação ocorre em uma via de mão dupla. Como toda cultura, existe o risco fundamentalista, baseada aqui com debates sobre o “quão” Surdo é aquele D. A. que foi oralizado e é capaz de falar com ouvintes. Alguns indivíduos Surdos, que passaram a maior parte de sua vida fazendo leitura orofacial e estimulando as cordas vocais, não se utilizam de Libras, logo, pouco se identificam com a Cultura Surda. Por um lado, experienciam o mundo de forma similar a essa cultura e correspondem a uma série de comportamentos observáveis. Por outro lado, não necessariamente estão afinados com a ideologia e os valores expressos, tais como a primazia do

Sinal sobre o Verbo e a intolerância aos outros ouvintes. Existem sim Surdos segregados por outros Surdos.

Com este capítulo, procuro abranger de modo amplo a Cultura Surda como aquela que se orienta em valores, crenças, comportamentos e se conjecturam ao redor da Língua de Sinais. Não pretendo avaliar a totalidade da subjetividade Surda, porém ofereço algumas referências sobre a constituição e a identificação de uma língua rumo à sua cultura.

A. LÍNGUA E CULTURA

Emmanuelle Laborit, Surda de nascença, escreveu o livro autobiográfico “*Le Cri de la Mouette*” (1993), traduzido para o português como “O Voo da gaivota”. Uma primeira observação sobre essa tradução me parece legítima, uma vez que, a partir de Flusser, estamos inteirados das distorções ontológicas causadas entre uma língua e outra: de fato, “*mouette*” corresponde à gaivota. Porém, suprimindo a letra ‘o’, a palavra é *muette* que corresponde ao feminino de *muet*, ou seja, **mudo/a**. Imagino que a escolha da tradução de transformar *le cri* = *o grito* para “o vôo” tenha razões metafóricas e sonoras, logo, menos fidedigna ao sentido original. O trocadilho francês é desmantelado através da tradução, porém é de suma importância para a compreensão do relato de Laborit. Considero esse livro a referência primordial para qualquer aproximação no horizonte compreensivo do que significa ser Surdo. Emmanuelle Laborit se tornou uma renomada atriz de teatro na França e levantou o estandarte para a visibilidade Surda e a Língua de Sinais.

Quando pequena, Laborit recebe esse apelido (*mouette/gaivota*) por gritar constantemente, como tentativa frustrada de movimentar a boca e falar igual aos adultos ao seu redor:

“Dizem que a gente grita o que quer calar. Eu precisava gritar para tentar escutar a diferença entre o silêncio e o meu grito. Para compensar a ausência de todas essas palavras que eu via mexer nos lábios da minha mãe e do meu pai, de que eu ignorava o sentido. E como meus pais calavam suas angústias, eu precisava gritar também por eles, quem sabe?”¹⁶ (LABORIT, 2003, p. 13).

¹⁶ Tradução livre de: “*On crie ce que l’on veut taire, dit-on. Moi, je devais crier pour essayer d’entendre la différence entre le silence et mon cri. Pour compenser l’absence de tous ces mots que je voyais bouger sur les lèvres de ma mère et de mon père, et dont j’ignorais le sens. Et comme mes parents taisaient leur angoisse, je devais crier aussi pour eux, qui sait?*”

Em uma pincelada, seus primeiros anos de vida foram basicamente marcados pela impotência, pelo silêncio, pelo isolamento e pela incompreensão generalizada do seu próprio mundo. O aspecto principal é a conseqüente vulnerabilidade paralela ao esforço de independência. Todos os processos simples de uma rotina são complexos e demorados. Laborit só pode compreender uma informação quando a visualiza.

A própria mãe era uma imagem que aparecia e que sumia, sem explicação ou encadeamento lógico, sem entendimento de que ela se movimentava de um cômodo para outro. Sua comunicação com sua mãe tem um caráter *umbilical*, segundo conta Laborit. Para estabelecer contato, a mãe tomava o rosto de sua filha e o colocava frente a frente ao dela, gestualizando e usando sílabas representativas. Era a linguagem que permitia uma troca entre as duas.

Laborit nasce no momento em que a metodologia oralista segue em vigor em detrimento de qualquer gestualidade. Por isso distingue os ouvintes dos Surdos como aqueles que mexem a boca para se comunicar e que não usam aparelhos auditivos. Os avanços tecnológicos atravessam seu relato, principalmente como reforçador da confusão da construção de identidade. Não se corrige a audição com aparelhos auditivos da mesma forma que se corrige a visão com um par de lentes. A amplificação sonora, nos ouvidos de uma criança D.A. com restos auditivos, passa por constantes ajustes até encontrar o ponto de “conforto”. Esse cuidado é primordial, mas dificilmente praticado. Por esse motivo, muitos Surdos optam por não usar o aparelho.

Laborit declara que sua infância foi dividida antes dos sete anos e depois, como se do zero aos sete tivesse sido uma massa amorfa de vivência, sem distinção entre as idades. No capítulo introdutório chamado “*Confidence*” (Confidência/Confissão) compreende então que o francês é uma língua “escolar”, similar a uma língua estrangeira que foi ensinada, mas que a “*língua de sinais é minha verdadeira cultura*”. Se por um lado o francês expressa objetivamente o que lhe vem em mente, o sinal “*é uma dança de palavras no espaço, é minha sensibilidade, minha poesia, meu eu íntimo, meu verdadeiro estilo*” (p. 9).

Laborit também rememora que:

“Os conceitos mais simples eram ainda mais misteriosos. Ontem, amanhã, hoje. Meu cérebro funcionava no presente. O que queriam dizer o passado e o futuro?”¹⁷ (*ibidem*, p. 7).

¹⁷ Tradução livre de: “*Les concepts les plus simples étaient encore plus mystérieux. Hier, demain, aujourd’hui. Mon cerveau fonctionnait au présent. Que voulaient dire le passé et l’avenir?*”

A autora reflete sobre esse período como o momento em que conheceu o sentido do **silêncio**, como a ausência de comunicação, inexplicável para um ouvinte. Hoje, descreve sua imaginação com barulhos e cores, em que até mesmo os sons possuem cores e provocam ruídos (p. 19-20). Porém nessa primeira infância, o silêncio era absoluto, obscuro, um breu; salvo seus pais, principalmente sua mãe. O silêncio da não comunicação é opaco e veste a cor preta.

Sua reflexão sobre o silêncio é impressionante. Observa o mundo ao seu redor, observa as expressões, as ações e reações, são imagens que se mexem, em que enxerga atentamente. **Sente o barulho** propagado em vibração: os carros que passam, a música em amplificadores. Percebe que tem olhos para escutar, embora seja limitado (p.24). A experiência vivida se distingue:

“Exceto que, dentro de mim, não é o silêncio. Eu escuto assovios, muito agudos. Acho que eles vêm de outro lugar, de fora de mim, mas não, são os meus barulhos, apenas eu os escuto. Eu sou barulho interno e silêncio externo?”¹⁸ (*ibidem*, p. 24).

Sua relação com a música é igualmente emocionante. Como seu pai é aficionado por diferentes gêneros musicais e possui um piano em casa, Laborit podia sentir a vibração extraordinária das notas baixas. Homenageia seus pais de não a terem privado do contato com a linguagem musical, como comumente se fazia com crianças Surdas, privando-as dessa experiência. Laborit descreve como o corpo vibra, percebe e é influenciado pela música¹⁹. Durante sua adolescência, as discotecas são seu lazer preferido.

Assim segue sua infância, com descrições sintéticas de acontecimentos em que o referencial é puramente concreto. O salto qualitativo entre uma idade e outra se dá a partir do primeiro contato com a Língua de Sinais. Enquanto a alfabetização sob a insígnia oralista propunha exercícios fonoaudiólogos (“*exercícios de garganta, um método de papagaio*” p. 48), os pais de Laborit descobrem um lugar em que um diretor de teatro e um intérprete (ambos

¹⁸ Tradução livre de: “*Sauf que, à l’intérieur de moi, ce n’est pas le silence. J’entends des sifflements, très aigus. Je crois qu’ils viennent d’ailleurs, de l’extérieur de moi, mais non, ce sont mêmes bruits, il n’y a que moi qui les entends. Je suis bruit intérieur et silence extérieur?*”

¹⁹ A isso, diz: “*A música é uma linguagem para além das palavras, universal. É a arte mais bela que existe, consegue fazer vibrar fisicamente o corpo humano. (...) É o que acontece no interior do corpo. São notas que dançam. Como o fogo de uma chaminé. O fogo que ritma, pequeno, grande, pequeno, mais rápido, mais devagar... Vibração, emoção, cores em ritmo mágico. As vozes cantadas, estas, são um mistério.*” (LABORIT, 2003, p. 30-31) Apesar de misteriosas, Laborit descreve o momento único em que esse engima se desfez, quando viu na televisão uma cantora cantar com uma emoção provinda de seu ventre, de suas tripas, produzindo assim um efeito gigante sobre ela. Outro exemplo do mundo musical em sua vida é Michael Jackson, que descreve como um “corpo elétrico”.

estadunidenses) promovem o ensinamento da Língua de Sinais. O diretor de teatro é Surdo e representa a primeira imagem de um Surdo adulto para a criança Laborit.

Essa cena é comum entre Surdos filhos de pais ouvintes que não são apresentados a Surdos adultos: as crianças criam fantasias recorrentes de que não vão envelhecer, vão morrer ao crescer, porque nunca conhecerem um adulto igual a elas. Esse primeiro contato consta como uma sólida resolução identitária, na maioria dos relatos de pessoas Surdas mundo afora.

Com a Língua de Sinais, Emmanuelle Laborit deixa de ser a terceira pessoa no seu discurso e no seu pensamento para se apropriar do “eu” [grifos meus]:

“É um novo nascimento, uma vida que começa. Uma primeira parede que cai. Eu ainda tenho outras à minha volta, mas a primeira brecha da minha prisão se abriu, **eu vou compreender o mundo com os olhos e com as mãos**. Já o adivinho. E estou tão impaciente!”²⁰ (*ibidem*, p. 54).

É daí que vem sua primeira abertura para construir a si mesma. Nesse sentido convergem os estudos traçados entre Goffman (1978) e Berger e Luckman (1973) sobre formação de identidade. É nesse sentido também que a língua será o preceptor de uma estruturação da realidade, tal como afirmou Flusser. A Língua de Sinais é balizada pelo olhar e pelo gesto, reverte o automatismo da escuta e da fala para um discurso corpóreo. A isso conseguimos elaborar o que significa o **acesso** à subjetividade Surda.

Laborit nos dá o seguinte respaldo [grifos meus]:

“Eu acho que **os adultos ouvintes que privam suas crianças da língua de sinais nunca compreenderão o que acontece na cabeça de uma criança surda**. Tem a solidão, e a resistência, a sede de se comunicar, e às vezes a raiva. A exclusão dentro da família, em casa, onde todo mundo fala sem se preocupar por você. Porque é preciso sempre perguntar, puxar alguém pela manga ou pelo vestido para saber, um pouco, um pouquinho, do que está acontecendo à sua volta. Senão, a vida é um filme mudo sem legendas” (*ibidem*, p. 61).

Como minoria linguística, os Surdos compartilham dessa experiência. Uma experiência compartilhada, difundida entre pessoas com as condições análogas de serem no mundo representa pra nós o conceito de **Cultura**, tal como uma formação de identidade relativa a ela.

²⁰ Tradução livre de: “*C’est une nouvelle naissance, la vie qui commence. Un premier mur qui tombe. J’en ai encore d’autres autour de moi, mais la première brèche de ma prison est ouverte, je vais comprendre le monde avec les yeux et les mains. Je le devine déjà. Et je suis si impatiente!*”

A história de Emmanuelle Laborit é uma entre milhares, poderia ser um estudo de caso aprofundado e prolongado, porém acredito já ter exposto as premissas para uma reflexão intensa. No capítulo seguinte, constam outros exemplos sobre a essência da Língua de Sinais e sua articulação para a problemática da Psicologia. No próximo item, outra ilustração da experiência cultural de ser Surdo em um mundo ouvinte.

B. A CULTURA COMO MODO DE SER NO MUNDO²¹

Nos Estados Unidos, país onde a comunidade Surda está organizada e integrada em processos educacionais e sociais verdadeiramente consolidados, há inclusive o chamado “Estudos Surdos da Cultura Surda” (*Deaf Studies*), pertencente à Gallaudet University, voltada a um ensino absolutamente lecionado em ASL – American Sign Language. Na ocasião do // *Congresso Internacional de Práticas e Perspectivas do Bilinguismo – Educação para Surdos*, o Professor Doutor Benjamin Bahan palestrou a respeito da orientação sensorial e políticas sensoriais, pautada na busca pela definição da “Cultura Surda” a partir de experiências pessoais no decorrer da carreira e de sua vida como Surdo.

Logo de início nos deparamos com uma estarrecedora produção preocupada com o absoluto entendimento do público, permitindo que seus palestrantes se sintam tranquilos para se expressarem de modo fluido. Por aproximadamente três horas, Ben Bahan sinalizava em ASL – American Sign Language, enquanto Robert Lee, seu intérprete, falava em um microfone, em inglês. Simultaneamente havia tradução para o português. Junto ao Ben Bahan, no palco, estava a equipe de intérpretes brasileiros que, escutando a tradução, interpretava para Libras. Surdos e ouvintes, de diferentes nacionalidades, puderam assistir e participar de todos os debates.

Para ilustrar o tema e iniciar sua palestra, Bahan relata uma entrevista que fez na África com um habitante Surdo de uma região subsaariana. Em determinado ponto da conversa, o entrevistado conta sobre seu dia a dia e seus trajetos nas diferentes regiões onde vive, sendo uma delas uma selva considerada perigosa por ser o *habitat* de diversos animais ferozes. Bahan se espanta e lhe pergunta como contorna esse tipo de obstáculo, já que a deficiência auditiva debilitaria sua segurança ao não conseguir perceber ruídos ou sons que indicariam a presença de algum perigo. Imaginou que, se caso entrasse em uma situação dessas, estaria desesperado para atentar a tudo e abranger em seu campo de visão qualquer indício de ameaça. O interlocutor, por

²¹ Transcrição na íntegra da palestra em questão. As referências bibliográficas desse item foram mencionadas pelo palestrante durante a sua apresentação como fundamentais para a compreensão dos conceitos formulados.

sua vez, lhe disse calmamente que não se preocupava tanto com o fato de ser Surdo, porque era capaz de “sentir o cheiro de perigo” (“*smell the danger*”).

Assim começa sua reflexão sobre esse sentido aguçado que o Surdo africano lhe traz à luz: **o olfato orienta sua percepção do perigo**. Põe-se a imaginar então que nós, ocidentais e habitantes de contextos exclusivamente urbanos, no máximo distinguimos odores da cozinha ou quando algo não cheira bem. Inclusive, Bahan traz o pensamento crítico sobre toda a indústria de perfumes e desodorantes da cultura à qual pertencemos e o quanto nosso olfato está limitado ao que “cheira bem” e o que “não cheira bem”.

Com esse ponto de partida, Bahan traz o conceito de Hall (1982) sobre a diversidade cultural: pessoas de diferentes culturas não apenas falam diferentes línguas, mas realmente vivem em diferentes **mundos sensoriais**. O que isso quer dizer? Significa que são indivíduos que vão interpretar diferentemente seus sentidos, de acordo com a necessidade social e cultural na qual se encontram. Ou seja, ainda expondo o pensamento de Hall e dialogando com ele: **a comunicação constitui o cerne e o núcleo da cultura e também a própria vida**. Freire (2002) já compreendia que, ao reduzir a comunicação das pessoas, você as reduz ao estado de **coisas**. Logo, aprendemos que os sentidos são passíveis de diferentes interpretações e a comunicação revela a epistemologia desses significados.

Em seguida, Bahan se debruça na especificidade linguística do Surdo: a Língua de Sinais. Em experimento com crianças ouvintes, discorre sobre uma atividade em que a sala de aula devia contar uma história de conto de fadas apenas com gestos e mímicas. Nenhuma das crianças sabia a Língua de Sinais e todas foram capazes de contar a fábula. Mas, ao repetirem a apresentação mais de uma vez, as crianças haviam abreviado seus gestos a sinais idênticos à Língua de Sinais, apenas no exercício de gesticular com as mãos e o corpo junto à uma trama infantil.

Com esse exemplo, o palestrante se liga ao que Fusellier-Souza (2004) evidencia ao dizer que *“todas as línguas de sinais no mundo tiveram o mesmo ponto de partida”*. Também expõe trechos da obra da Grécia Antiga “Crátilo” de Platão, em que o filósofo discípulo de Sócrates argumentava sobre o poder de comunicação dos Surdos. Sendo assim, os sinais pouco a pouco passaram de produtivos para convencionais, até atingir o patamar reconhecido hoje como Língua de Sinais. De fato, apresenta provas dessa evolução linguística em que, progressivamente, os sinais se centralizaram na região do rosto, se adaptaram à praticidade e se aperfeiçoaram.

Em um segundo momento, Bahan se dedica à compreensão das diferentes orientações sensoriais: **Áudio-vocal** e **Visual-tátil**. Essa última é aquela em que o Surdo está inserido e não tem escolha de transitar para a orientação áudio-vocal (em contrapartida, os ouvintes estão expostos às duas orientações sensoriais, mas são “educados” (i. é., estimulados) a aperfeiçoar apenas a áudio-vocal, por questões culturais. Por conta dessa determinação, frequentemente associam Surdez e deficiência, embora seja apenas uma questão de estímulos sensoriais adequados ou não à norma e/ou ao conhecido. Já a população ouvinte é educada e estimulada principalmente na orientação áudio-vocal e, gradativamente, descarta o poder de orientação visual-tátil. Por outro lado, o Surdo pertence ao “*Povo do Olho*” (Veditz, 1910), cujo **olhar** é o seu domínio e potencial linguístico. De certo modo, está em vantagem em relação aos ouvintes, dominados pela audição, ou seja, pelas orelhas: estas são impassíveis e tem o único poder de receber informações. O olho, em contrapartida, é um habilidoso órgão receptor e **transmissor** de informações, mensagens, sentimentos diversos e comportamentos. Sendo assim, Bahan evidencia duas dimensões próprias do olho: a linguística e a proxêmica²².

A dimensão linguística do olhar é tudo aquilo que pode ser expresso de modo preciso. Um exemplo da morfologia linguística: ao dizer que uma pessoa é baixinha, os olhos se voltam para baixo. Se quiser descrever uma pessoa mais alta, os olhos se voltam para cima e o corpo se inclina sutilmente. Rapidamente compreende-se que está indicando a respeito de uma pessoa com aquelas exatas medidas. Outros exemplos ilustram a função sintática do olhar que especifica o objeto da oração, como por exemplo, ao indicar uma pessoa próxima. São acordos tácitos com o interlocutor que determinam o sujeito e o objeto da oração sem usar uma única palavra. Da mesma forma, há a dimensão cultural, dita proxêmica por ser uma comunicação não verbal, porém de grande poder comunicativo. De fato, o olhar negocia a relação de um diálogo, com pausas quando piscam, ao direcionarem para o outro e devolvendo assim a “palavra”. Bahan demonstra com vídeos de ambientes coletivos em que Surdos naturalmente se movimentam para incluir o outro no seu campo de visão, logo, de conversa²³.

O que nos interessa para essa pesquisa é justamente perguntar-nos do que se trata esse olhar e esse convite: o ouvinte não negocia o olhar ao passo que os Surdos naturalmente e culturalmente cuidam uns dos outros no espaço. Receber o olhar do outro e olhá-lo de volta significa comunicação; comunicação significa afirmar-se sujeito e estabelecer uma troca entre iguais. Na cultura sensorial dos ouvintes, isso pouco se confirma na medida em que ouvir não

²² **Proxêmica** é o estudo das distâncias mensuráveis entre as pessoas e como elas interagem. O termo foi introduzido pelo antropólogo Edward T. Hall, em 1966. Os efeitos da proxêmica, de acordo com Hall, podem ser resumidas pela seguinte regra solta: “*Assim como a gravidade, a influência de dois corpos um no outro é inversamente proporcional não só ao quadrado da sua distância, mas possivelmente, até mesmo o cubo da distância entre eles.*” (Fonte Wikipedia)

²³ Vide Anexo 1 sobre as esferas de proximidade.

implica necessariamente na escuta; e escutar não indica necessariamente o cuidado da atenção com o interlocutor. Resulta na questão do agenciamento: o Surdo negocia constantemente seu estar com o outro.

Alguns mitos também são desvelados e contribuem para o entendimento da complexidade da visão, como o fato de que o Surdo não percebe um barulho estridente ou abrupto. Muito rapidamente, ele é capaz de “ler o mundo” e isso implica em “*ler o som*”. A sinestesia é clara: visualmente é possível “ler” as expressões dos outros quando escutam uma irrupção sonora no espaço, como por exemplo, quando um prato cai em um ambiente cheio: todos param sua ação contínua para olhar de onde veio o som do estilhaço.

O palestrante cita o pensamento do arquiteto finlandês Juhani Pallasmaa, idealizador de um trabalho que mescla a consciência moderna juntamente com a realidade sensorial, ao privilegiar a *multi-linguagem* dos sentidos. Em seu ensaio sobre a fragilidade da arquitetura, diz que até mesmo o olho colabora com os outros sentidos. Todos os sentidos, incluindo visão, são extensões do sentido do tato: os sentidos são especializações da pele, e todas as experiências sensoriais estão relacionadas com o tato. A partir desse pensamento, Bahan localiza a especificidade dos projetos arquitetônicos preferidos pela comunidade Surda: para que a comunicação esteja sempre aberta para o olhar, o ambiente também deve adequar-se espacialmente para tal. Assim, coloca o simbolismo da porta em contraponto com a janela para ouvintes e Surdos.

Por um lado, a porta é o meio de entrada para a casa e para os cômodos, sendo necessário tocar na campainha ou bater simplesmente, a fim de penetrar um ambiente. Muitas vezes o Surdo é mal interpretado ao tocar insistentemente a campainha; frequentemente pensa que não há ninguém na casa e frustra sua visita. Por outro lado, a janela é o melhor dispositivo para que o Surdo faça notar sua presença, por ser translúcida. Mas em contrapartida, os ouvintes podem mal interpretar alguém que se espreita em sua janela para chamar a atenção, como um gatuno ou alguém de tocaia.

A janela para o Surdo é um canal aberto de comunicação, em que a Língua de Sinais se dá sem esforços; ao passo que ouvintes podem trocar diálogos atrás de uma porta fechada, o que seria impossível para o Surdo. Poetas Surdos já se dedicaram ao simbolismo da ‘porta fechada’ como o isolamento de comunicação²⁴.

²⁴ Um exemplo citado é o poema “*The Door*”, de Ella Mae Lentzs. Vídeo disponível em <[http://www.gallaudet.edu/ASL_Diagnostic_and_Evaluation_Services/Resource_and_Information_Center_\(RIC\)/Literature/ASL_Poetry/Original_Poetry/Ella_Mae_Lentzs_The_Door.html](http://www.gallaudet.edu/ASL_Diagnostic_and_Evaluation_Services/Resource_and_Information_Center_(RIC)/Literature/ASL_Poetry/Original_Poetry/Ella_Mae_Lentzs_The_Door.html)>, acesso em 24 de maio de 2012.

Outro mito desconstruído é a incapacidade de uma pessoa com Surdez profunda de ‘ouvir um avião decolar mesmo que estivesse ao seu lado’. Essa comparação é utilizada comumente por médicos que, após um exame de audiometria, se dedicam a explicar à mãe da criança Surda “quão surda” ela é.

A questão a ser aprofundada aqui é da analogia da escuta com a própria matéria epidérmica: **a vibração do som é perceptível em esferas sensoriais que vão para além do ouvido**. Por isso que seria um equívoco considerar que quem é profundamente Surdo ficaria indiferente ao decolar de um avião: o chão que une os dois elementos propaga o som de forma que ultrapassa a sonoridade, já que diz respeito ao som que reverbera. De fato, o tecido da membrana do tímpano funciona de modo semelhante à epiderme: é uma semelhança metafórica e material, ilustrativa de como a nossa sensibilidade tátil é subestimada em relação à pura escuta. Nossa sensação epidérmica do mundo é uma forma de “ouvir” o mundo externo.

Com a compreensão acima, Ben Bahan conduz sua palestra para a conceituação das camadas de pré-sensibilidade em que os Surdos se encontram. Chamadas de “**camadas de hapticidade**”, resumidamente encontram-se dois aspectos básicos: 1. O sentimento do som; 2. O toque de pertencimento. É interessante notar que a compreensão háptica diz respeito àquela que é relativa ao toque. As camadas hápticas se constituem a partir de relações hápticas, muito contempladas em discussões estéticas do fim dos anos 1970, em que se investigava um “olhar háptico”. A sinestesia desses conceitos não foge ao nosso tema, sobre a forma em que a cultura do Surdo se estrutura.

O primeiro aspecto dá continuidade ao que estava sendo dito até agora, que o som é sentido pelo indivíduo e também pode ser aprendido, sobretudo na forma em que pode ser sentido. Ben Bahan indaga sobre o exame “audiométrico”, que teria mais êxito caso fosse uma “*vibração-metria*”, em que pudessem ser testadas nas crianças suas aptidões de “sentir o som” pela sensação epidérmica. Relata assim um caso vivido em que os Surdos em um bar conseguiam sentir uma vibração passando por uma mesa enquanto os ouvintes não percebiam nada de diferente. O mesmo ocorre em ambientes onde o metrô passa próximo, um ponto de ônibus ou o caminhão que atravessa a rua: os Surdos estão muito mais sensíveis a esses fenômenos do que os ouvintes, porém o que predomina para determinar o grau de Surdez de um indivíduo é sua aptidão de “escutar” apenas com as orelhas. Imaginamos a partir desses exemplos quantas crianças ouvintes não são “surdas” ao longo de seu órgão sensorial mais extenso, **a pele**.

O segundo aspecto corresponde à uma definição de “escutar” que vai de encontro a “pertencer”. A palavra norueguesa “*tilhØright*” tem ambos significados. Ben Bahan cita Hualand

(2009) por afirmar que ‘escutar a mesma coisa retrata o sentimento de pertencimento’. Ou seja, quando a comunicação se consolida de modo que os interlocutores estão alinhados em um diálogo claro, ambos estão em comunhão com o sentimento de fazer parte do mesmo conjunto. A isso está o conceito de **vínculo**, expresso pelo toque, e principalmente pelo abraço. Pode-se explicitar que a função e o papel do toque e da expressão tátil interpessoal ainda são pouco aprofundados. Jourards (1966/68) evidencia em sua pesquisa “*Variations of touch*” (Variações do toque, tradução livre) a variável do quanto as pessoas se encostam em ambientes públicos segundo sua cultura: europeus tendem a se encostar menos, latino-americanos mais.

Paralelamente, os Surdos das mais variadas nacionalidades completam o quadro de uma mesma cultura por se abraçarem mais, o que leva a tantos outros desentendimentos e más interpretações por parte dos ouvintes. De fato, desde os anos 1970, as pesquisas sobre o toque comprovam o medo que os ouvintes têm do **toque**; apesar do estereótipo, é algo real, já que consideramos menos comum as pessoas se chamarem pelo toque por esperarem certa intimidade para se encostar.

Finalmente, o palestrante encerra os fundamentos da orientação sensorial visual-tátil e inicia os compostos da orientação áudio-vocal, “dominante” em muitos sentidos, por ser aquela em que os ouvintes estão inseridos. Um dos vídeos que serviu de ilustração mostrava a relação de uma mãe Surda com seu bebê ouvinte, de aproximadamente dois anos: as imagens mostram como a comunicação de sinais e toques é fluída entre os dois. Questiona-se novamente o modo como a educação prioriza a orientação áudio-vocal ao passo que se negligencia a potencialidade de desenvolver a sensorialidade visual-tátil. Esta é estabelecida pelo nosso corpo e reflete o modo como usamos nosso corpo. A orientação visual-tátil é diferente e imposta majoritariamente.

Dois aspectos são principais para compreendê-la: 1. A voz; 2. O controle do som.

Qual a importância da voz? Em um primeiro momento, é nela que a identidade pessoal se constitui: ela diz quem somos e dá margem para inúmeros juízos de valor, reconhecimento, vínculo, etc. Por exemplo, a voz afinada transmite boa convivência; a voz grave transmite seriedade, e assim por diante. O telefone é o dispositivo chave para compreendermos a relevância da voz; sabe-se também que Graham Bell foi um aficionado em estudos surdos, principalmente na corrente médica de “corrigir a surdez” através de técnicas e tecnologias – oralização e aparelhos de amplificação sonora. As primeiras impressões que passam por um telefonema podem gerar certas ilusões ou desilusões. As gírias e os sotaques também constituem a identidade de cada voz, seja para alimentar preconceitos, seja por ser uma voz muito anasalada ou uma voz carregada de pigarro. É bastante interessante que Ben Bahan, palestrante Surdo,

pôde aprofundar questões socioculturais de uma orientação sensorial que lhe é absolutamente estranha.

Compreende então que voz é presença. O intérprete, por outro lado, acaba assumindo uma função de ventríloquo. É uma voz “externalizada” à dele, como se fosse uma identidade flutuante. Imaginemos, por exemplo, caso seu intérprete fosse uma mulher: o público escutaria uma voz feminina e veria que o discurso pertence a um homem, mas não associaria um ao outro. Mas é pelo intermédio do intérprete que esse discurso abrangerá mais público, logo algumas características não podem ser tão destoantes, como por exemplo, um intérprete inseguro frente a um Surdo que não se sente assim.

Então, a voz considerada como única via de comunicação, é a única via legitimada como construtora de referências pessoais tais como inteligência, poder e identidade. De fato, inclusive algumas mensagens sociais podem ser expressar pela voz, como por exemplo, um grunhido, percebido como inadequado, rude ou grosseiro, apesar de ser um **som neutro**, cuja interpretação é levada ao que é inadequado, rude ou grosseiro.

É a partir desse exemplo que Ben Bahan salienta o segundo aspecto mencionado, o controle da voz. Aproximamo-nos de alguns infortúnios que os Surdos sofrem ao precisarem aprender que a voz deve ser controlada, bem como os grunhidos. Supõe-se que, em terapia fonoaudiológica, o Surdo aprenda um “bom discurso Surdo” (*Good Deaf Speech*). Aprecia-se o Surdo que sabe “**rir na medida certa**”. Este controle é principalmente valorizado em ambientes públicos, tais como dentro de uma igreja, de uma livraria, uma biblioteca, em um espetáculo, uma apresentação de ópera, ou simplesmente dentro do banheiro! Ben Bahan conta que, em uma escola bilíngue, o professor ouvinte consegue distinguir pelo barulho se havia ou não um Surdo dentro do banheiro.

O sentido que é atribuído ao **som** também é cultural: Surdos apreciam escutar música no carro ou dentro do quarto no volume máximo, porque conseguem sentir a vibração do baixo das caixas sonoras. Tudo que se refere a barulho, à mudez, a um discurso pobre, são julgamentos sensoriais da cultura predominante áudio-vocal. Compreendemos então do que se trata uma política sensorial: admitindo o fato de que estamos inseridos em uma cultura sensorial dominante, também estamos alocados em julgamentos dominantes. Como por exemplo, alguns processos judiciais contra Surdos são movidos porque não foram compreendidas nessas diferenças. Vivemos **em mundos sensitivos diferentes**, mas não há melhor nem pior, tampouco o normal e o deficiente.

Percebe-se que, ao ensinar uma língua, aprende-se também a cultura, o contexto em que essa língua se encontra. Afinal, como um professor poderia ensinar uma língua fora de seu contexto, isolada no universo? O mesmo vale para a Língua de Sinais: aprendê-la significa aprender sobre a Cultura Surda e, conseqüentemente, compreender sua espacialidade e orientação sensorial distinta.

Conclui-se nessa palestra a diferença desses mundos e a lacuna em que nos encontramos por não integrarmos nossos sentidos: **costumamos isolá-los**. Percebe-se também que o conceito de cultura aqui exposto abrange a Surdez tal como a visão socioantropológica, onde o Surdo se consolida em valores, orientações e mundos sensoriais pautados no que é visual-tátil. O “apropriado” é transitório nos universos dos ouvintes e dos Surdos.

No âmbito dessa pesquisa, pensar o atendimento do Surdo é compreender sua língua e sua cultura. As pesquisas estrangeiras já estão no seio dessa reflexão sobre o atendimento psicoterapêutico para Surdos, falta integrar o conhecimento esparso na produção científica brasileira. Com isso, o próximo e último capítulo desse estudo funde todo o conhecimento aportado até então para nos debruçar sobre a Psicologia.

IV. Surdez, Libras e Psicologia

“Os Surdos conhecem o mundo pela visão e desenvolvem um código visual com o qual associam significado e significante, a partir das informações visuais que extraem do meio. Criam sua própria cultura em que constitui produções com seu próprio modo de ser, ver, entender e transformar o mundo. (...) Uma palavra é uma imagem, um símbolo. (...) Os sinais podem ser expressivos, diplomáticos, poéticos, filosóficos, matemáticos: tudo pode ser expresso por meio de sinais, sem perda nenhuma de conteúdo. (...) Nós, surdos, estamos encaminhados por um caminho diferente de ouvintes que vivem de som, e os surdos vivem de sinais. Porém, convidamos os ouvintes a entrar no nosso mundo, a desfrutar a aceitação da nossa língua, porque a língua é parte de nós mesmos.”

(Ana Cristina Queiroz Agria – 6º encarte do livro “Imagens das Palavras”)

D. A INTERFACE INCIPIENTE “SURDEZ E PSICOLOGIA”

No próprio banco de dados de artigos e pesquisas científicas *Scielo (Scientific Electronic Library Online)*, a pesquisa feita com as duas palavras-chave “Surdez” e “Psicologia” em todos os índices regionais resulta para **três artigos**. A primeira impressão é que o campo de encontro entre essas duas áreas de conhecimento são verdadeiramente insuficientes. Considerar a interface entre as áreas da Surdez e da Psicologia como incipiente é fruto da leitura de um desses artigos, o chamado “Contribuições da Psicologia brasileira para o estudo da Surdez”, de Bisol, Simioni e Sperb (2008).

As autoras da pesquisa se dedicam a analisar o que a psicologia brasileira tem aportado para a compreensão do Surdo a partir de um estudo de 34 artigos selecionados dentre 231 publicados pelo CAPES. Os 34 artigos foram lidos na íntegra e analisados segundo as categorias: conceito de surdez, temática de maior interesse e tipo de publicação.

Verificou-se que, para os pesquisadores brasileiros na área da psicologia, a Surdez assume primordialmente uma concepção dentro do modelo socioantropológico, em contrapartida do modelo clínico-terapêutico²⁵. Em resumo, a questão colocada pelas autoras engloba o **modo** como a Surdez e o indivíduo Surdo serão vistos e percebidos pelo profissional da área da psicologia [grifos meus]:

“A pessoa surda é compreendida a partir de um conceito de deficiência ou de um conceito de diferença cultural? Ou há uma crítica a respeito de ambas as abordagens? [...] Para os pesquisadores brasileiros na área da psicologia prevalece, portanto, o modelo socioantropológico. As publicações encontradas

²⁵ Vide tabela 1 do segundo capítulo do presente trabalho (Realidade Surda), p. 35.

referem-se a um período de uma década, de 1995 a 2005.” (BISOL, SIMIONI e SPERB, 2008).

A visão clínica-terapêutica associada à psicologia compreende o Surdo dentro de um grupo homogêneo “com desvantagens maturativas inerentes à condição da deficiência” (dada como orgânica). Especulam nessa perspectiva desde as diferenças neurológicas, biológicas ou psicológicas e sociais, com consequências “devastadoras” sobre a formação da identidade e as interações sociais. O termo preferivelmente utilizado é deficiente/deficiência auditivo/a (D.A.), em que a forma de adquirir linguagem seria pela língua oral. Surge assim o termo de **Psicologia da Surdez** que irá caracterizar o Surdo como “agressivo, com pensamento concreto, inteligência limitada, dificuldade de aceitar limites, impulsividade, lentidão na aprendizagem” (SKLIAR, 1998 *apud* BISOL, SIMIONI e SPERB, 2008).

As pesquisadoras citam o estudo de Góes (1999), autora mencionada como referência bibliográfica em seis dos 34 artigos, a fim de ilustrar os ensinamentos de Vigotski (ideias amplamente adotadas para fins pedagógicos) em que permite compreender a criança Surda dentro de um contexto social, histórico e linguístico a respeito da Surdez [grifos meus]:

“(...) afirma que **não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez**, enfatizando as condições sociais da criança surda e as possibilidades para a consolidação da linguagem.” (*ibidem*).

Sendo assim, muito se aproxima do que Goffman (1978) constatou ao rejeitar o pensamento que define o *estigma em si*, portanto corresponde ao modelo socioantropológico de concepção das potencialidades do indivíduo Surdo. Em suma, chega-se à uma conclusão similar e que concilia os questionamentos do presente trabalho [grifos meus]:

“Nesta perspectiva, questiona-se o discurso da normalidade e procura-se inverter a lógica da adaptação, **denunciando o modo como a sociedade “cria” deficiências ao não reconhecer as diferenças ou a restringir o acesso de todos à educação e à saúde**. Isto aparece com clareza no artigo de Pimenta e Fávero (2005), pois os autores procuram diferenciar-se do modelo clínico, associado a questões patológicas e padrões de normalidade, e **propõem olhar para o surdo como um sujeito em desenvolvimento e não um sujeito limitado pela sua perda**.” (*ibidem*).

Considerando o trabalho do profissional da Saúde, este só poderá iniciar uma intervenção efetiva a partir dessa concepção, afinal é **necessário adaptar as ferramentas e as técnicas psicoterapêuticas** [grifos meus]:

“**A adequação dos instrumentos de avaliação e o viés introduzido pelo desconhecimento da língua de sinais e das especificidades da população surda passam a ser denunciados como fatores que dificultam os diagnósticos e tratamentos realizados pelos profissionais da saúde**. Nos artigos analisados para este estudo, a predominância do modelo socioantropológico está marcada pela **preocupação com a identidade surda, e a palavra surdez é associada a algo que é mais complexo do que a deficiência**”

sensorial em si (Cromack, 2004). **Há uma preocupação em situar a relação entre prática psicológica e o conceito de surdez** (Souza, 1995, 1998). Embora o termo deficiente auditivo seja por vezes utilizado, **percebe-se uma visão não patológica de surdez**, com freqüentes conclusões que enfatizam o desenvolvimento sadio do surdo quando dadas as condições sociais e educativas adequadas (Cordeiro & Dias, 1995; Meirelles & Spinillo, 2004)”. (*ibidem*).

Já a revisão bibliográfica neste artigo sobre a psicanálise aponta a Surdez como uma deficiência como qualquer outra, que resulta em uma organização psíquica diferente por uma ‘alteração de uma modalidade sensorial’. A abordagem psicanalítica, segundo as pesquisadoras, não pode estar verdadeiramente alinhada nem à perspectiva clínica-terapêutica ou à visão socioantropológica. Por outro lado, sabemos que a compreensão psicanalítica sugere o conceito de uma “falta em si”, considerada pelos lacanianos como a fonte do desejo que constitui o sujeito e o permitirá ingressar no campo simbólico e da linguagem.

Após estudar a temática e as concepções da Surdez de cada artigo, agrupá-los em categorias e analisar sua relevância e contribuição científica, as autoras traçam um panorama das contribuições brasileiras para a atuação do psicólogo com o Surdo. Percebem que, não somente há uma tendência ao modelo socioantropológico, mas também marcam as dificuldades encontradas nas pesquisas que se dividem entre revisões literárias e estudos empíricos. De fato, **os instrumentos utilizados delimitam o campo de ação e requerem uma nova abordagem, adaptada à especificidade do Surdo.**

Constatam também que a preocupação maior está nas relações familiares, na aquisição da linguagem e o rendimento escolar. As publicações estrangeiras, por outro lado, abordam justamente a preocupação com a validação dos testes para avaliação psicológica das crianças Surdas. Nesse sentido, as pesquisas brasileiras na área da psicologia sequer ousaram modificar seus habituais instrumentos para a demanda Surda. Finalmente, apesar das contribuições levantadas, concluem que **falta produção científica nessa área**, nesse ponto de contato e interface “Surdez e Psicologia”, considerando assim uma área **incipiente**.

O segundo momento de revisão e reflexão bibliográfica desse campo inexplorado esteve basicamente ligado à Iniciação Científica, realizada entre março de 2011 e março de 2012, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Cecília de Moura, junto com a colega Livia Chaud Albano. Como já mencionado na Introdução, discorro a respeito dessa pesquisa que nos rendeu importantes dados sobre o aspecto situacional de uma psicoterapia com indivíduos Surdos.

A pergunta-título indagava: “O Surdo e o psicólogo: Libras ou o intérprete?”. Desse modo, abrimos três categorias de entrevistas qualitativas que seguiam um roteiro pré-estabelecido para cada uma, possibilitando uma conversa posterior às perguntas, a fim de coletar o máximo de

informações, histórias pessoais e opiniões. As entrevistas foram divididas entre as pesquisadoras e entre Surdos, intérpretes e psicólogos. Indagamos sobre o *setting* terapêutico, sua acessibilidade ao Surdo e o parecer sobre a presença de um intérprete em cena.

Mais uma vez apresentou-se o desafio do respaldo científico e acadêmico na área concernente. Ficou claro que pesquisas estrangeiras estavam muito mais tangentes à problemática do que as publicações nacionais. Para citar alguns exemplos, inteiramo-nos dos artigos de: Salamanca e Picón, do Chile (*Psicoterapia en Familia con Miembros Sordos: un modelo sistêmico*, 2008), Bruin e Brugmans, da Holanda (*The Psychotherapist and the Sign Language Interpreter*, 2006) e Harvey, dos Estados Unidos da América (*Psychotherapy with Deaf and Hard-Hearing Persons – a systemic model*, 2008).

Em contrapartida, foi surpreendente encontrar o Trabalho de Conclusão de Curso de Elisa Vasco, então aluna da UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina: “Características das intervenções psicoterapêuticas realizadas por psicólogos com sujeitos surdos” (2009). Vasco foi considerada pioneira ao considerar as implicações e especificidades da subjetividade surda no atendimento psicológico. Surda e graduada no curso de Psicologia, a pesquisadora expõe os valores antropológicos, afirma a diferença dos Sinais em comparação com a língua oral, conhecendo assim a situação da clínica psicológica com sujeitos Surdos.

Vasco também vai a campo e investiga acerca do atendimento de sujeitos surdos com psicólogos Surdos, psicólogos ouvintes que sabem Libras e psicólogos ouvintes que não sabem Libras. Cito [grifos meus]:

“Se a língua de sinais não faz parte do cotidiano do profissional, como planejaríamos uma intervenção clínica e psicoterapêutica? **Dependendo do nível de conhecimento linguístico que o sujeito surdo apresenta poderá o psicólogo necessitar intervir de maneira mais visual do que verbal.** Mas, como intervir de maneira visual quando falamos de emoções, sentimentos, perdas? Dúvida que se apresenta sem resposta adequada.” (VASCO, 2009, p. 36).

De fato, são paradigmas do atendimento clínico que estão sendo colocados em pauta ao reconhecer as limitações que a própria língua portuguesa tem em relação a compatriotas que compartilham de um recurso linguístico *diferente*, porém válido de ser aprendido:

“**Mas será que os ouvintes não poderiam também se adaptar um pouco à comunidade surda quando encontrassem um de seus componentes?** Pois, com isso haveria uma troca mútua entre as partes, sem prejuízo para o sujeito surdo ou para o sujeito ouvinte. Também, essa aproximação dos ouvintes com a comunidade surda permitiria aos primeiros conhecer e experimentar o cotidiano desses sujeitos, suas atividades, estudo e/ou trabalho, sucessos e insucessos, ganhos e perdas, inclusão e exclusão; **enfim, poderiam vivenciar um pouco esta realidade para saber como se relacionar com esses sujeitos, a partir da maneira como eles percebem o mundo, aprendendo ao mesmo tempo, com os surdos, a língua de sinais.** Não seria possível para os psicólogos que esse

“experimentar o cotidiano com os surdos” fosse uma maneira de refletir e organizar adequadamente suas intervenções clínicas com esses sujeitos?” (*ibidem*, p. 39).

Quanto aos profissionais da Saúde como um todo, não apenas os psicólogos, verifica-se a importância da língua para o sujeito surdo [grifos meus]:

“(…) é necessário que os profissionais da área da saúde, inclusive os psicólogos, saibam a primeira língua do sujeito para poder minimizar a ansiedade e as barreiras atitudinais comunicativas. (...) **Ao surdo sinalizante, muitas vezes, é possível utilizar a língua oral no atendimento psicoterapêutico, mas pode ocorrer que ele perceba que o que está pensando não condiz com a língua oral.** O que pode causar perdas no processo psicoterapêutico, pois os psicólogos só possuem os relatos orais destes sujeitos para estudar o caso, **o que levaria a uma dissociação ou duplicidade dos relatos do surdo.** (...) Aqui não se fundamenta uma comparação, mas sim uma diferenciação; **cada surdo se expressa da forma com que tenha mais fluência e segurança linguística.** Assim como há diferentes pessoas há também línguas diversas. O profissional, compreendendo essa situação, deverá se disponibilizar no auxílio ao sujeito surdo da melhor forma possível, em termos linguísticos e sociais.” (*ibidem*, p. 38).

Vasco ressalta que na área da psicologia não há definição precisa ou conceituada sobre a Surdez. De fato, refletindo sobre o próprio curso de Psicologia, pertencente à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FACHS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), percebo o quão **lacunar é nosso contato com a Surdez e a Língua Brasileira de Sinais.**

No currículo letivo, apenas a disciplina ‘Psicologia e Excepcionalidade’ procura abranger **todas** as condições de desenvolvimento que se enquadram como “especiais”: deficientes visuais, autistas, síndromes múltiplas e cognitivas, entre outras. Destes, acrescenta-se a deficiência auditiva e a Surdez. Porém, o que está em desacordo com a realidade a partir da perspectiva socioantropológica é a dissociação desse indivíduo da sua singularidade linguística, abordando assim unicamente sua incapacidade auditiva. Já podemos nos indagar: como é a formação desse psicólogo da PUC-SP? Certamente sairá despreparado para a demanda de uma população de aproximadamente 150 000 Surdos²⁶, apenas na capital paulistana.

Vasco explicita como o contato entre um Surdo e um psicólogo ouvinte leigo sobre a Libras pode ser nocivo para a própria integridade da psicoterapia [grifos meus]:

“Ao surdo sinalizante, muitas vezes, é possível utilizar a língua oral no atendimento psicoterapêutico, mas **pode ocorrer que ele perceba que o que está pensando não condiz com a língua oral.** O que pode causar perdas no processo psicoterapêutico, pois os psicólogos só possuem os relatos orais destes sujeitos para estudar o caso, o que levaria a uma dissociação ou duplicidade dos relatos do surdo.” (*ibidem*, p. 38).

²⁶ Dado de 2008, segundo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. São aproximadamente 5,7 milhões de deficientes auditivos em todo o território Brasileiro.

A isso, retornamos ao diálogo flusseriano e heideggeriano, em que a conversação direta, sobre uma realidade compartilhada, se dá, minimamente, partilhando da mesma língua.

Já a pesquisa feita pelos chilenos e psicólogos clínicos Salamanca e Picón (2008) apresentam a realidade de (des)amparo dos sujeitos Surdos dentro do contexto doméstico e sua inserção social a partir do sistema familiar:

“Estamos convencidos que a pessoa Surda tem um sistema de crenças tão válido e plausível como qualquer outra pessoa. Sabemos que quem se relaciona com a pessoa Surda, em especial sua família, requer de um esforço maior para chegar à compreensão das emoções, pensamentos e condutas do Surdo, e é nesse sentido em que o trabalho psicoterapêutico é uma grande contribuição, de acordo com a nossa experiência, esta permite navegar nas emoções que refletem os impasses suscitados nas famílias com membros Surdos e que, geralmente, são atribuídos à surdez em si”²⁷ (SALAMANCA e PICÓN, 2008, p. 41).

Em suma, os pesquisadores chilenos adotaram um pensamento que abrange as dinâmicas familiares, considerando que **o atendimento deve proceder de modo que simplesmente estabeleça um canal comunicativo de qualidade e horizontalizado** [grifos meus]:

“Rubinowicz nota que não devemos nos apegar ao estigma do preconceito da surdez, nem da língua de sinais ou da língua oral bem ou mal pronunciada. **A psicoterapia com pessoas Surdas é um procedimento no qual deve-se favorecer apenas a Surdos e ouvintes por meio de conversações abertas que possibilitam, por sua vez, perguntas e outras conversas**”²⁸ (*ibidem*, p. 23)

Procurando sintetizar um assunto que mereceria uma pesquisa à parte, estamos pouco a pouco nos aproximando da complexidade de uma esfera linguística e cultural e quais são as aberturas possíveis da psicologia nesses percalços. A partir das entrevistas mencionadas acima, colhemos no decorrer da Iniciação Científica noções e menções que podem servir de base e apoio para essa nova elaboração clínica e terapêutica. Percebo agora a encruzilhada semântica que aderimos ao longo desse estudo: ao passo que rechaçamos a abordagem médica da visão “*clínica-terapêutica*”, criamos uma nova faceta ligada à socioantropologia Surda que viabiliza o atendimento psicoterapêutico e clínico.

²⁷ Tradução livre de: “*Estamos convencidos que la persona Sorda tiene un sistema de creencias tan valido y plausible como cualquier otra persona. Sabemos que quienes se relacionan con la persona Sorda, en especial su familia, requieren de un esfuerzo mayor para llegar a la comprensión de las emociones, pensamientos y conductas del Sordo, y es en este sentido donde el trabajo psicoterapéutico es un gran aporte pues, de acuerdo a nuestra experiencia, éste permite navegar en las emociones que reflejan los entrapes que se suscitan en las familias con miembros Sordos y que, generalmente, son atribuidos a la sordera misma.*”

²⁸ Tradução livre de: “*Rubinowicz señala que otorgarnos la posibilidad de poder mirar a las familias con personas Sordas como un sistema en el que conviven individuos pertenecientes a modalidades lingüísticas diferentes no es un hecho aleatorio sino el intento explícito de puntuar este aspecto por sobre cualquier otro.*”

Voltando à Iniciação Científica supracitada, entrevistamos vinte e um sujeitos, procurando diversificar as linhas teóricas dos psicólogos entrevistados, os métodos educacionais vividos pelos Surdos e as áreas de atuação dos intérpretes. Não sendo aqui o meu objetivo de me delongar a respeito da pesquisa já realizada, apresento *ipsis litteris* as considerações finais, em que discutimos em dupla os resultados pertencentes à cada categoria de entrevistas e às categorias de análise levantadas:

“Elaboramos a seguinte síntese das respostas adquiridas em relação à pergunta principal de nossa pesquisa: dos vinte e um sujeitos entrevistados, nenhum colocou espontaneamente o uso de um intérprete como possibilidade de atendimento psicoterapêutico de um psicólogo ouvinte a um paciente Surdo. Isso porque todos, com experiências na área ou não, acreditam que o ideal é que o psicólogo domine a Libras e possa se comunicar diretamente com o sujeito Surdo.

Porém, mesmo não sendo o ideal, todos os seis intérpretes mostraram-se dispostos a enfrentar os desafios que essa área de atuação implica, ressaltando a importância da ‘neutralidade’ neste tipo de inserção profissional. Já os nove sujeitos Surdos alegaram uma resistência à presença do intérprete no *setting* clínico, principalmente devido ao compartilhamento de assuntos íntimos com alguém tão presente na comunidade Surda. Apesar de não simpatizarem com esta alternativa em situações próprias, disseram que ela poderia servir para outros sujeitos. Entre os psicólogos, houve uma divergência, já que dois deles discordaram totalmente do uso do intérprete na psicoterapia (alegando principalmente o funcionamento transferencial), enquanto os outros quatro chegaram a entender essa como uma alternativa válida (propondo uma reconfiguração do *setting* clínico).

A partir da análise de tais resultados, e em um primeiro momento, esperamos ter abarcado de modo claro as contribuições do aprendizado da Libras, assim como o contato com a Cultura Surda, para a real aproximação com o Surdo. Explicitamos a necessidade de difusão mais ampla de ambas, para todas as áreas da Saúde, para além da Fonoaudiologia e Pedagogia. Consideramos a pertinência do aprendizado da Libras urgente para a formação do psicólogo.

Em um segundo momento, compreendemos que essa formação deve ser baseada nas experiências próprias do sujeito Surdo, integrando assim suas questões de identidade, sua relação com a comunidade e a cultura Surda, assim como aproximar-se das suas referências linguísticas, orientadas na esfera comunicativa viso-espacial.

Tendo em vista a alternativa possível a curto prazo, agregamos igual importância à formação do intérprete desejante de colaborar para uma cena psicoterapêutica: a qualificação deste deverá estar emparelhada com conceitos básicos do *setting* de um atendimento desse porte. Perguntamo-nos se os próprios psicólogos pudessem ministrar uma formação apropriada

e/ou grupos de estudos dirigidos à essa questão. Percebemos que apenas a capacitação e o trabalho conjunto dessas duas categorias – psicólogos e intérpretes – poderão acolher de modo apropriado um sujeito deficiente auditivo ou Surdo dentro do espaço analítico.

Em um terceiro momento, nossa investigação proporcionou elementos para repensarmos profundamente os recursos do atendimento, comumente focado nos instrumentos discursivos e verbais. Sugerimos, para futuras pesquisas, que a prática psicológica possa ser repensada, adaptando e re-estruturando seus instrumentos de avaliação e compreensão para o verbal/sinalizado e o não verbal.

Acreditamos que a Psicologia tem bases sólidas o suficiente para poder se flexibilizar e continuar consistente – o que possibilita uma confiança de que os desafios colocados não só devem, mas podem ser superados.”

Com essa deixa, os próximos itens elucidam o que tenho em mente para essa flexibilização e conseqüente abertura da cena psicoterapêutica.

E. A POIESIS DA LIBRAS: IMAGENS DAS PALAVRAS

Na escola em que Laborit foi obrigada a estudar na sua infância e adolescência, os sinais eram proibidos pela legislação nacional. Já “alfabetizada” na Língua de Sinais Francesa (*Langue des Signes Française* – LSF), seu primeiro contato no intervalo das aulas com seus colegas foi estarrecedor. Nenhum deles tinham tido a oportunidade de aprender os sinais que decodificavam o mundo. Laborit detalha os movimentos linguísticos da Língua de Sinais com propriedade [grifos meus]:

“Sem resposta. Olhos arregalados, o outro olha minhas mãos como se eu falasse chinês. Eles não aprenderam a gramática, as inversões, as reversões, toda a estrutura da minha língua, como a configuração do gesto, a orientação, a localização, o movimento da mão, a expressão do rosto. **A partir dessa estrutura, dessa gramática, eu posso expressar milhares de sinais, do mais simples ao mais sutil. Basta mudar, às vezes, levemente um dos parâmetros, a orientação, ou a localização, ou os dois, etc. É infinito**” (LABORIT, 2003, p. 83).

Com essa citação, alcançamos o patamar poético da Língua de Sinais: a expressividade se destaca a partir das infinitas combinações entre mãos e corpo, entre olhos e dedos, entre sobrancelhas e bochechas, entre o rosto e os braços. Expressividade esta balizada no “uso linguístico do espaço” (SACKS, 2010, p. 77), em que sinais radicais podem formar uma variedade estrondosa de significados. Nas aulas de Libras, eram-nos ensinados os classificadores qualitativos dos sinais, em que produzíamos inflexões sobre um sinal a fim de qualificar a ação,

seja pela sua frequência, grau, maneira, número, etc. Basicamente, são aspectos temporais que formam no espaço visual o sentido do que está sendo dito.

O “uso linguístico do espaço”, como sugere Sacks (2010) corresponde à complexidade incabível para os nossos olhos condicionados e nosso olhar estreito. A gramática espacial exige de nós, ouvintes e não fluentes em Libras, esforço considerável, por justamente se tratar de uma “linguagem em quatro dimensões”:

“A fala tem apenas uma dimensão – sua extensão no tempo; a escrita possui duas dimensões; os modelos, três; mas só a língua de sinais têm à disposição quatro dimensões – as três dimensões espaciais acessíveis ao corpo da pessoa que faz os sinais mais a dimensão temporal. E a língua de sinais explora plenamente as possibilidades sintáticas de seu canal de expressão tetradimensional” (STOKOE, 1979 *apud* SACKS, 2010).

O autor citado por Sacks (2010) também faz uma analogia da manifestação da Língua de Sinais tal qual uma montagem cinematográfica, em que são permitidos *close-up*, *flashback* e *flashforward*, assim como a expressão através de um campo e de ângulos específicos. Aprender essa língua a ponto de nos tornar fluentes requer muito estudo e treino, principalmente no diálogo com Surdos; assim como qualquer língua, a prática é a única via para nos familiarizarmos com seu universo circundante.

A estrutura linguística da Libras e das Línguas de Sinais podem ser assemelhadas ao universo das línguas isolantes, descrito no primeiro capítulo deste trabalho, por corresponder a **uma configuração espacial constituída em elementos isolados que, combinados, formam um todo estético**. Ou seja, cada sinal é uma possibilidade isolada de significado, mas que só faz sentido na conjuntura dos aspectos citados por Laborit. As nuances de cada gesto determinarão a especificidade do assunto, mas o “todo estético” é o objetivo linguístico final. Por essa razão, podemos construir elos ainda inexplorados sobre a semelhança das línguas isolantes (como o chinês, o japonês, etc.) e das Línguas de Sinais mundo afora.

A vontade presente é de ilustrar com vídeos os poemas gravados por Surdos, as músicas interpretadas, as possibilidades expressivas da poesia em Libras. O mosaico montado da Língua de Sinais é um fascínio, seja para aqueles que compreendem o sentido ou não. Sugiro ao presente leitor e internauta que busque em *sites* de vídeos músicas em Libras, poemas Surdos, entre outras curiosidades audiovisuais.

Um exemplo desse fascínio é o trabalho de Carlos Avelino de Arruda Camargo, artista plástico simpaticante e admirador da Língua Brasileira de Sinais. Essa referência diz respeito a um processo que surgiu a partir de pesquisas feitas desde 2009 com ensaios fotográficos, articuladas com o processo de aprendizado de Libras. Chama-se “Imagens das Palavras”,

distribuído gratuitamente às instituições de ensino voltadas para a educação dos Surdos, assim como também às instituições de ensino superior voltadas para as artes plásticas.

Neste “livro”, encontramos dez encartes, com produção fotográfica e escrita acerca do processo de tradução ao redor de uma epígrafe:

“Palavras são imagens silentes
São corpos que não se calam”.

Assim, em cada encarte encontramos ora um texto, ora uma fotografia. O ensaio fotográfico começa absolutamente desfocado e repleto de movimentos e, progressivamente, constrói a tradução da epígrafe acima em Libras, com a atriz, dançarina e Surda, Mariana Muniz. O conjunto é de uma beleza estonteante.

No terceiro encarte, Carmem Lucia José, doutora em Semiótica da Cultura pela PUC-SP, adota uma reflexão que cita nosso já conhecido Vilém Flusser, a partir de um livro dele chamado “*Los Gestos: fenomenología y comunicación*”²⁹ (Os Gestos: fenomenologia e comunicação). Sua ideia está centrada na questão do **acordo comunicativo que se estabelece entre expressão e articulação simbólica a partir dos gestos**. Ou seja, acordo este que “mobiliza as fronteiras do condicionamento humano e amplia o espaço da liberdade humana”.

O próprio organizador se debruça sobre os desdobramentos poéticos dessa língua projetada graficamente no espaço:

“Ao estabelecer as correspondências que o léxico e a estrutura gramatical da língua portuguesa e da Libras permitem, o que se pretendeu neste trabalho foi pensar a tradução como o processo de uma transcrição poética, explorando os valores estéticos de uma língua que se projeta materialmente no espaço, por meio de uma epígrafe que, em seus sentidos, procura explorar, igualmente, as muitas dimensões das *Imagens* e das *Palavras*.” (CAMARGO, 2009, 8º encarte).

Este encarte é particularmente esclarecedor porque mostra o passo a passo quase equacional do processo de tradução da epígrafe mencionada. Com pequenas fotos enquadradas, Mariana Muniz ilustra claramente o manuseio de transposição conceitual e poético de uma língua à outra. O sentido da língua oral é continuamente metaforizado a fim de existir em Libras.

Com isso, passamos ao terceiro e último item desse quarto capítulo.

²⁹ Vilém Flusser - **Los Gestos: fenomenología y comunicación**, Barcelona, Editorial Herder, 1994. Infelizmente, quando busquei um exemplar, estava esgotado no estoque da editora e não há tradução existente no Brasil.

F. O CORPO COMO LÍNGUA COMUM ENTRE SURDO E TERAPEUTA

Sendo este meu quinto e último ano de Psicologia na PUC-SP, um dos núcleos anuais que curso é sobre a abordagem corporal em psicologia, cujo estágio é em clínica. Nesse primeiro semestre, pude aprender técnicas e fundamentos que ligam nosso corpo à psique, resultando assim em uma integração pouco aludida nos outros anos da faculdade.

Como vimos, os Surdos de qualquer país podem se comunicar perfeitamente passados alguns dias de adaptação de sinais. Observar esse fenômeno amplamente significa compreender que nós, seres humanos, compartilhamos de uma língua comum e relativamente universal: nosso corpo. Ou seja, através dessa esquecida carcaça divina, corre uma seiva de extensa comunicação não verbal e não estimulada. Percebe-se que a educação dominante rejeita os gestos muito expansivos, prioriza a eloquência verbal e valoriza a desenvoltura sob medidas, ou seja, dentro de padrões de aceitação social.

Por outro lado, digo “carcaça divina” uma vez que nosso corpo é uma armação similar a uma couraça, e divina por carregar em si a transcendência e os mistérios de todo o Universo. Não nos satisfazem explicações positivistas, biológicas ou puramente científicas para descrever nosso corpo, nossos neurotransmissores e nossa psique. Falta-nos conectar-nos verdadeiramente para o apelo que beira nossos instintos, o apelo que se faz primeiro, o apelo da pele.

A fundamentação de psicologia analítica do núcleo de abordagem corporal resgata o conceito de que nossa primeira consciência se dá por via ectodérmica, ou seja, nos primórdios fetais do desenvolvimento da pele (JUNG, 2007, p. 5). Pouco a pouco, a história do nosso corpo é a continuidade por excelência da nossa própria biografia.

O enfoque das disciplinas até então cursadas por quatro anos não levou em consideração uma fagulha dessa reflexão. Entre pacientes Surdos e terapeutas ouvintes, enquanto a aquisição fluente da Libras não se concretizar, pode-se explorar o contato corporal que pertence ao repertório comunicativo do paciente Surdo. Fomos insistentemente educados (no sentido próprio da palavra *educare*, de caminho conduzido) para desapropriarmos nossa palavra de nosso corpo, elaborando discursos, floreando em palavras e adornando-nos em verbos. Estamos pensando dentro do universo flexional de uma lógica, de um sujeito central que exerce uma ação e segue via um complemento.

Laborit (2003) concorda com essa discrepância:

“Um ouvinte começa uma frase pelo sujeito, depois o verbo, o complemento e enfim, lá no final, “a ideia”. “Eu decidi ir ao restaurante comer ostras”. (Adoro ostras). Na língua de sinais, a gente expressa primeiro a ideia principal, depois adicionamos eventualmente os detalhes e o cenário da frase. Comer sendo o objetivo principal, é o primeiro sinal da frase. Para os detalhes, posso sinalizar quilômetros. Parece que sou tão afeiçãoada aos detalhes quanto às ostras”³⁰ (LABORIT, 2003, p. 116).

Essa ordem diferente para se expressar não é casual, inofensiva ou irrelevante. Muito pelo contrário, representa o universo semântico em que o sujeito Surdo se encontra, focado em uma ação em um primeiro lugar, nos complementos em um segundo lugar e, simultaneamente, diz qual a pessoa que produz a ação descrita. A simultaneidade se dá justamente porque os olhos, como descreveu Ben Bahan, são os órgãos sensitivos que superam a boca e o par de orelhas para comunicação.

Laborit (2003) cita também o trabalho do professor Jean Grémion que sugere que todo ouvinte aprenda daquele que fala com seu corpo, cuja riqueza gestual é um dos tesouros da humanidade (LABORIT, 2003, p. 207). Volto a dizer sobre a leitura do “Voo da Gaivota”, em que se destaca a singularidade de cada Surdo. Existem Línguas de Sinais e existe Libras, existem linguagens verbais e existem linguagem corporais... Cada um de nós faz uso de, ao menos, uma delas para a comunicação social e para a construção de conceitos internos.

A grande contribuição da Libras para a formação do psicólogo repousa essencialmente na nossa plasticidade expressiva, na nossa complexidade emocional e, fenomenologicamente, com o nosso devir. Não se trata apenas de uma questão de acessibilidade, de uma contribuição inclusiva. O ponto a que quero chegar (e espero ter chegado) é que o aprendizado de Libras colabora para uma ampliação de mundo inigualável. Experenciar os sinais, tais como ensina um professor Surdo, significa abrir mão das aparelhagens verbais e reconstruir nossas articulações de mãos e rosto. Digo “reconstruir” porque já estivemos aptos para esse exercício: quando éramos crianças, em jogos de mímicas, em atividades lúdicas, em descontrações cotidianas.

Por essa razão é que os Surdos são muitas vezes mal interpretados, por recuperarem e ativarem o máximo da potencialidade corporal, afinal de contas, essa é a via essencial de acesso ao mundo, ao outro e a si. Logo, o que lhes aparece no campo de visão é rapidamente assimilado e retido, nada se perde. Possuem extraordinária memória visual. Para as situações sociais, podem parecer atrapalhados, pois assimilam todo o quadro visual-vivencial presente de uma vez

³⁰ Tradução livre de: “*Un entendant commence une phrase par le sujet, puis le verbe, le complément et enfin, tout au bout, “l’idée”. “J’ai décidé d’aller au restaurant manger des huîtres.” (J’adore les huîtres.) En langue des signes, on exprime d’abord l’idée principale, ensuite on ajoute éventuellement les détails et le décor de la phrase. Manger étant l’objectif principal, il est le signe premier dans la phrase. Pour les détails, je peux signer des kilomètres. Il paraît que je suis aussi friande de détails que d’huîtres.*”

só. Podem ser também vistos como (ironicamente) diz a expressão “*sem papas na língua*”, pois dizem exatamente o que veem, sem distinções da educação ouvinte, que mede suas palavras para cumprimentos e polidez (des)necessárias. As indelicadezas são também propriedades de uma Cultura Surda que não se detém em “*meias palavras*”, ou seja, eufemismos para descrever a realidade.

A isso, Laborit nos diz:

“Com minha mãe a comunicação também é franca, direta. Ela não é como os ouvintes que se escondem frequentemente atrás das palavras, que não expressam profundamente as coisas. Educação, conveniência, palavra que não se diz, palavra sugerida, palavra evitada, palavrão, palavra proibida ou palavra de aparência. Palavras não ditas. Palavras como um escudo. Não tem sinal proibido, escondido, ou sugerido, ou rude. Um sinal é direto e significa simplesmente aquilo que representa. Às vezes brutalmente, para um ouvinte”³¹ (*ibidem*, p. 117)

Com isso, temos instrumentos teóricos suficientes para pautar o trabalho de um terapeuta de pessoas Surdas ou D. A.

O “retorno às coisas mesmas” idealizado por Husserl pode ser visto nesse contexto como o retorno do mesmo corpo que cada um de nós carrega. Cada corpo tem um “sotaque” diferente, singular, a partir da história de vida e abertura para o mundo. No livro “O Olhar” de José Ângelo Gaiarsa (2000), absorvemos assim a mensagem de que o terapeuta não é somente um par de ouvidos e uma boca dispostos diante de um paciente. Somos, enquanto psicoterapeutas, presença corpórea e enxergamos o ser-no-mundo de outra pessoa.

Finalmente, proponho o fechamento deste trabalho com a reflexão sobre a totalidade estética que emana da Libras. Nossa orientação áudio-vocal (BAHAN, 2011) está rendida diante da eloquência da Língua de Sinais e, por essa razão, falta-nos agregar espacialidade aos nossos discursos psíquicos.

³¹ Tradução livre de: “*Avec ma mère aussi la communication est franche, directe. Elle n’est pas comme les entendants qui se cachent derrière les mots, qui n’expriment pas profondément les choses. Éducation, convenance, mot qu’on ne dit pas, mot suggéré, mot évité, mot grossier, mot interdit ou mot apparence. Mots non dits. Des mots comme un bouclier. Il n’y a pas de signe interdit, caché, ou suggéré, ou grossier. Un signe est direct et signifie simplement ce qu’il représente. Parfois brutalement, pour un entendant.*”

Considerações Finais

Escrever as considerações finais desse Trabalho de Conclusão de Curso é um desafio. Parece que, de cada referência e de cada temática, a discussão perdura. A meu ver, Flusser (2007) e Laborit (2003) são os pilares dos argumentos aqui propostos. Não tenho pretensões de equiparar o presente estudo a uma investigação fenomenológica propriamente dita, mas acredito ter sido norteadada pelo caminhar heideggeriano na medida em que “chegamos onde já estamos”.

Atravessamos as contraposições de um mundo e outro, de dois universos linguísticos, de suas repercussões históricas, sociais e identitárias; aprofundamos a composição cultural de uma língua essencialmente corporal, balizada na orientação visual-tátil. O curso de psicologia da FACHS/PUC-SP se mostra aquém dessa especificidade, contribuindo para a negligência da Libras. Um dos objetivos tácitos desse trabalho é de instigar o presente leitor a buscar por conta própria os meandros do mundo Surdo.

A Surdez, como vista no decorrer dos capítulos, é um estar no mundo singular e paralelo, como o próprio fato do silêncio ser um fenômeno vivencial inversamente proporcional ao nosso. A constante Surda e sua normalidade é o nosso silêncio. Silenciar para eles significa fechar os olhos. Fechar os olhos para nós é anódino. O corpo do Surdo é a totalidade de comunicação. Nosso corpo é predominantemente visto como acessório. A linguagem do silêncio heideggeriana precisaria ser revisada para abarcar a Língua de Sinais. O mesmo acontece para os axiomas da psicologia que não abarcaram em seus estudos a subjetividade Surda, tal como interiorização e estrutura diametralmente oposta à nossa.

Sendo assim, ficam nesse presente trabalho a relevância e as características de um *setting* terapêutico adequado para a demanda Surda. Somente através de uma pesquisa interdisciplinar como essa é que conseguimos reunir o máximo de contribuições sobre a Surdez, em áreas de conhecimentos variadas, a fim de consolidar a própria contribuição da Psicologia. É tempo de explorarmos as mídias e o nosso corpo como a primeira manifestação midiática.

A isso, concilio a observação de Sacks (2010):

“Porém, não são (geralmente) as ideias dos filósofos que mudam a realidade, e tampouco, inversamente, a prática das pessoas comuns. O que muda a história, o que desencadeia as revoluções, é o encontro dessas duas coisas.” (SACKS, 2010, p. 26)

Logo, para mudarmos o curso da história de esquecimento da área da Saúde e da Psicologia sobre a minoria linguística da Libras, considero de suma importância que as pesquisas dessa interface se multipliquem e reverenciem as contribuições da Língua Brasileira de Sinais para a formação do psicólogo.

Referências Bibliográficas

(estão marcadas com • as referências das ilustrações)

ANA, N., APARECIDA, C., **Nossas dúvidas sobre a Deficiência Auditiva/Surdez e as Tecnologias**, 2008. Disponível em <<http://proa07profaluciane.pbworks.com/w/page/18632565/NeusaAna-e-CristianiAparecida>> , acesso em 20 de maio de 2012.

BAHAN, B., **Sentidos e Cultura: Explorando Orientações Sensoriais**. In: Educação para Surdos: Práticas e Perspectivas II., São Paulo: Editora Santos, 2011, p. 95-122.

BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. , **A Construção Social da Realidade – Tratado de Sociologia do Conhecimento** (1966), Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

BISOL, C. A, SIMIONI, J., SPERB, T., **Contribuições da psicologia Brasileira para o estudo da Surdez**, In: Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 31, nº3, Porto Alegre: 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722008000300007> , acesso em 29 de maio de 2012.

BONDÍA, J. L., **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. In: Revista Brasileira de Educação, Jan/Fev/Mar/Abr 2002, Nº19. Disponível em <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf> , acesso em 5 de maio de 2012.

CAMARGO, C. A. A., **Imagens das Palavras**, In: edital nº21 – Artes Visuais – do Programa de Ação Cultural, ProAc, da Secretaria de Estado da Cultura do Governo de São Paulo, 2009.

• DAIGLE, M., **That Deaf Guy**, Ilustrações ativada por Comic Press e BX Designs, 2011-2012, disponível em <<http://www.thatdeafguy.com/?p=363>> , acesso em 24 de maio de 2012.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=clivagem>> , acesso em 12 de maio de 2012.

FLUSSER, V., **Língua e Realidade** (1963), São Paulo: Annablume, 2007.

• FOCUS EDUCACIONAL, Ilustração de Capa, disponível em <<http://www.focuseducacional.com.br/noticia/curso-livre-de-lingua-de-sinais>> , acesso em 28 de maio de 2012.

GAIARSA, J. A., **O Olhar**, São Paulo: Editora Gente, 2000.

GESUELI, Z. M., **Língua(gem) e identidade: a Surdez em questão**, Educ. Soc. v.27 n.94 Campinas jan./abr. 2006

GOFFMAN, E., **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada** (1963). Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.

- GRUPO DE ESTUDOS SOBRE DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO ESPECIAL – GEDAAE, Ilustração disponível em <<http://gedaee.wordpress.com/author/leohfa/>> , acesso em 28 de maio de 2012.

ISRAEL CHILDREN'S MUSEUM, THE – HOLON, disponível em <<http://www.childrensmuseum.org.il/front/ShowCategory.aspx?CatID=99>> , último acesso em 12 de maio de 2012.

HEIDEGGER, M., **A Caminho da Linguagem** (1959). Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

_____, **Que é Metafísica?** (1929). in: Os Pensadores, vol. XLV. São Paulo: Abril Cultural, 1973, 1ª edição, disponível em <<http://www.psbnacional.org.br/bib/b20.pdf>>, acesso em 12 de maio de 2012.

JUNG, C. J., **Fundamentos de Psicologia Analítica** (1935), vol. XVIII/1, Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

- KLUZSA, M., Ilustração disponível em <<http://moeart.com/comics.html#>> , acesso em 28 de maio de 2012.

LABORIT, E., **Le cri de la mouette** (1993), Éditions Pocket Jeunesse: 2003.

MOURA, M. C., **O Surdo: Caminhos para uma Nova Identidade** (2000), Rio de Janeiro, Revinter Editora, 2000.

SALAMANCA, M. S., PICÓN, C. G., **Psicoterapia en Familia con Miembros Sordos: un modelo sistêmico**, 2008.

VASCO, E., **Características das intervenções psicoterapêuticas realizadas por psicólogos com sujeitos surdos**, Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia, 2009 – UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina) 160 p., disponível em <<http://inf.unisul.br/~psicologia/wp-content/uploads/2010/03/Elisa%20Vasco.pdf>> , último acesso em 12 de maio de 2012.

WIKIPEDIA – THE FREE ENCICLOPEDIA, **Proxemics**, disponível em <<http://en.wikipedia.org/wiki/Proxemics>> , acesso em 28 de maio de 2012.

Bibliografia Consultada

ARAUJO, C. C. M., LACERDA, C. B. F., **Esferas de atividade simbólica e a construção de conhecimento pela criança surda**, in: Revista Brasileira de Educação, Marília: Set/Dez 2008, vol. 14, nº3. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000300007&lang=pt>, acesso em 20 de maio de 2012.

BRUIN, E. BRUGMANS, P., **The Psychotherapist and the Sign Language Interpreter**. In: Journal of Deaf Studies and Deaf Education, 2006, p. 360-368.

FREUD, S., **Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I – Sobre o início do tratamento** (1913). Edição Standard Brasileira, Vol. XII. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 161-187.

HARVEY, M., **Psychoterapy with Deaf and Hard-Hearing Persons – a systemic model**. London: Taylor & Francis e-Library, 2008.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO / MEC, Secretaria de Educação Especial – **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**, in: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, Brasília, 2004, disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>> , acesso em 20 de maio de 2012.

MONTEIRO, R. M. G., **“Só uso a palavra para compor meus silêncios”**: um estudo de caso sobre a Surdez, Trabalho Final de Curso em Pedagogia, 2011 – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Disponível em <<http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/3282>> , acesso em 21 de maio de 2012.

SKLIAR, C. (Org.), **A Surdez – Um olhar sobre as diferenças** (1998), Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

SANTOS, E. M.; SHIRATORI, K., **As necessidades de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os surdos**. In: Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 06, n. 01, p.68-76, 2004. Disponível em <http://www.fen.ufg.br/revista/revista6_1/pdf/f7_surdos.pdf> , último acesso em 29 de abril de 2012.

ANEXOS

1 - PROXEMICS SPHERES (Hall, 1966)

2 - ALFABETO MANUAL DE LIBRAS

3 - THAT DEAF GUY <<http://www.thatdeafguy.com>>

(Tradução livre) “Faça e não faça’s, sugerido por aquele cara Surdo – Seja Surdo-Sábio!”

“Dê um tapinha gentil para chamar a atenção do Surdo.”

“Não dê um agarro repentino no seu ombro!”

(Tradução livre) “Faça e não faça’s, sugerido por aquele cara Surdo – Seja Surdo-Sábio!”

“Faça uma comunicação com o Surdo tentando usar expressões faciais.”

“Não faça um grito forte esperando que o Surdo te ouça!”

(Tradução livre) “Sendo Surdo, eu sou muito sensível às vibrações.”

“Senti alguma coisa...” “AHA!”

“(Eu juro que meu pai escuta!)”

(Tradução livre) “Eu gostaria que meu maridinho fosse Surdo, assim eu viveria em uma casa silenciosa...”

“Silenciosa, ha! Veremos sobre isso.” “Querido, você me buscaria algo para beber?”

“Okay!”

“Okay, entendi teu argumento!”

(Tradução livre) “**Pesadelos de leitura labial**” / “Personagens de desenhos animados” / “Boneco ventríloquo” / “Fantoches”

(Tradução livre): “**Mais pesadelos de leitura labial**” / “Lábios de colágeno” / “Bigodes grossos” / “Comilões atrapalhados”